

UNIVERSIDADE PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: A EXPERIÊNCIA DE MACAÉ NA TRANSIÇÃO DE CAPITAL NACIONAL DO PETRÓLEO À CIDADE DO CONHECIMENTO

Meynardo Rocha de Carvalho¹

1. INTRODUÇÃO

No foco das principais polêmicas envolvendo o Governo Federal², a Universidade Pública Brasileira³ passa por um momento de indecisão sob o látigo do corte de investimentos e o questionamento infundado de sua efetividade para o desenvolvimento do país na atualidade.

Historicamente vinculada às conotações de desenvolvimento coletivo e progresso social⁴, o surgimento das primeiras instituições de ensino superior no Brasil remetem à chegada da Família Real Portuguesa, em 1808, e à conseqüente necessidade de geração de condições mínimas de infraestrutura na Colônia. Esse fato reverteu o Alvará Régio que proibia a instalação de universidades na América Portuguesa, com o objetivo de controle do Estado Absolutista, especialmente sobre a disseminação do pensamento liberal. Com a reviravolta política na Europa, devido às Guerras Napoleônicas, e a fuga e fixação do Príncipe Regente no Rio de Janeiro, houve a necessidade premente de implementação de escolas e academias, consolidando o que viria ser a base do Ensino Superior Público no Brasil (CHACON, 1974). Surgiram, dessa forma, em 1808, a *Escola de Cirurgia da Bahia* e a *Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro*. Somente em 1832, após profunda reforma do sistema educacional, seriam convertidas em *Faculdade de Medicina da Bahia* e *Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*, concomitantemente. Passando essa última, inclusive, a oferecer os cursos de Farmácia e Obstetrícia⁵.

A urgência da abertura dessas duas instituições estava diretamente ligada à produção de remédios e ao combate às inúmeras doenças tropicais existentes por aqui, incompatíveis com a resistência dos inúmeros cidadãos metropolitanos vivendo, especialmente no Rio de Janeiro, devido à transferência da estrutura administrativa do Império Português para o Brasil.

Já em 1827, era a vez da fundação das *Faculdades de Direito de São Paulo* e de *Olinda*. E em 1874, após uma longa história iniciada no século XVIII, ainda como Academia Militar, foi a vez da criação, no Rio de Janeiro, da *Escola Polytechnica*. A Escola tinha como objetivo a formação de Engenheiros Cívicos, revertendo, em parte, junto às demais instituições citadas, a tradição da elite colonial de enviar seus filhos para estudarem na Europa, como era de praxe. Isso ocorria tanto pela inexistência das faculdades por aqui, quanto pelo próprio *status* de ter um filho formado no ensino superior de acordo com as tradições seculares do "Velho Mundo".

Somente em 07 de setembro de 1920 foi criada a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a partir da junção de faculdades e escolas de ensino superior isoladas, presentes na então capital da República Federativa do Brasil. A criação da primeira universidade no modelo moderno no país não apenas vinha suprir a carência secular gerada pela colonização portuguesa; como também serviria de paradigma, tanto no sentido de fornecimento de profissionais qualificados, como no de organização institucional para a criação de outras universidades em território nacional⁶.

Em 1937, sob o Estado Novo do Presidente Getúlio Vargas, caracterizado por forte viés nacionalista e centralizador (FAUSTO, 2006), a *Universidade Federal do Rio de Janeiro* foi renomeada, por questão de eloquência, pelo novo nome de Universidade do Brasil, mantendo-se, porém, inadvertidamente, como baliza do ensino superior no país.

Vale aqui destacar que, no bojo do projeto de governo do Presidente Vargas, estava o que os historiadores nomearam de “modernização conservadora”. Ou seja, a forte presença do Estado como indutor não apenas dos processos industriais de base no país, mas também do ensino público de qualidade, e todos os demais campos necessários ao desenvolvimento do Brasil, um país até então rural e com enormes defasagens em todas as áreas consideradas fundamentais para sua liberdade e autonomia. Nesse contexto, tanto na ocasião, quanto para o futuro, inserem-se historicamente as perspectivas da Universidade Pública, não apenas como local de simples ensino e aprendizagem, mas como cerne do desenvolvimento das ciências e do amplo conhecimento, fundamentais para o fortalecimento da soberania nacional e para a criação da visão estratégica de país. Elementos fundamentais capazes de colocarem a nação em paridade com as perspectivas do progresso mundial a partir da visão coletiva de futuro.

Utilizando-se da metodologia da História Oral para consolidação de informações a partir de entrevistas, bem como de elementos analíticos do campo da Memória Social em consonância com o trabalho de Hoff, Mesquita, Sopenã e San Martin (2012), em seu estudo *“Universidades Públicas como Instrumento de Desenvolvimento Regional: um estudo de caso sobre a experiência brasileira”*, este capítulo procura compreender, de forma objetiva, a trajetória de instalação e os impactos da Universidade Pública no município de Macaé, bem como sua relevância e perspectivas para o futuro. Utilizamos como exemplo os casos da *Universidade Federal Fluminense* (UFF), o da *Universidade Federal do Rio de Janeiro* (UFRJ) e da *Faculdade Municipal Professor Miguel Ângelo da Silva Santos* (FeMASS), componentes da *Cidade Universitária de Macaé*, sem desconsiderar o *Instituto Federal Fluminense* (IFF) e a *Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro* (UENF) que compõem, de forma ativa, o campo de ensino, pesquisa e extensão, basilares para a representação institucionalizada da Universidade Pública no município de Macaé.

2. UNIVERSIDADE PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

As discussões em torno dos significados de desenvolvimento e progresso em uma sociedade contextualmente capitalista, circularão quase que hegemonicamente relacionados à grande produção industrial, às altíssimas arrecadações fiscais, às imensas somas de dinheiro componentes dos orçamentos públicos, às grandes obras públicas ou particulares motivadas pelo sistema e, finalmente, ao bem estar de inúmeros indivíduos diretamente beneficiados pelo mesmo *boom* econômico. Além, é claro, de outras considerações similares no entorno do mesmo eixo.

No caso específico do município de Macaé, que desde o final dos anos 1970 passou a viver a experiência economicamente impactante de sediar a principal base de produção da Bacia Petrolífera de Campos, tornou-se, ao longo dos anos, difícil desassociar desenvolvimento ou progresso das grandes mudanças que se estabeleceram no cenário do município sob a bandeira da exploração petrolífera. Um primeiro exemplo foram as inúmeras e constantes vagas de emprego com salários altamente satisfatórios, promovendo grandes ondas migratórias de indivíduos, sozinhos ou com seus familiares, para Macaé e municípios dormitórios vizinhos.

Embora com custos de vida mais baratos, compuseram, em conjunto, a dinâmica de mão de obra e serviços da região petrolífera do Norte Fluminense. Outro ponto interessante está relacionado às arrecadações dos famosos *royalties*⁷, que apesar de serem pagamentos compensatórios aos impactos das atividades de exploração de petróleo e gás, na compreensão popular, e muitas vezes dos agentes políticos, baseados no senso comum, enxergam a compensação como imensas fortunas de geração sem fim. Destaque-se, na formação dessa mentalidade pública, que essas imensas somas são publicadas em jornais de ampla circulação como forma de transparência pública. No entanto, o que verdadeiramente fomentam é o senso de que há muito dinheiro e, portanto, de que tudo vai bem. Embora entre essa percepção da população e a complexidade social e de gestão de um município petrolrentista não haja necessariamente nenhuma correlação.

Retomando as concepções de desenvolvimento e progresso, ao serem referendadas somente nas questões econômicas, perdem-se outras dimensões fundamentais componentes do conceito pleno, já que não podemos pensar profundamente em desenvolvimento sem considerar os aspectos sociais, históricos, culturais e institucionais, entre outros, que contribuem para o verdadeiro progresso e desenvolvimento integral de uma determinada região e de seus habitantes. Nesse sentido, o desenvolvimento deve melhorar a vida das pessoas (desenvolvimento humano), da população como um todo (desenvolvimento social), considerando ainda as relações com o futuro, que chamamos de desenvolvimento sustentável (FRANCO, 1998). Portanto, desenvolver perspectivas que atinjam esses três aspectos mínimos necessariamente passam pela articulação de uma nova visão social na qual a interação e a dinamização do crescimento econômico se dêem em consonância com o capital humano, social, governamental e com a sustentabilidade regional.

Dentro dessa nova visão a ser construída, ou em fase de construção, importa destacar como baliza, ou perceber pela experiência, que o crescimento econômico necessariamente não significa desenvolvimento no sentido amplo, muito menos progresso. E que, portanto, em uma visão política horizontalizada⁸, logo, mais abrangente, o crescimento econômico jamais poderia ser considerado um fim em si mesmo. O que remete ao constante compromisso da gestão com o capital humano, que na prática significa investimentos em educação, saúde, alimentação, habitação, saneamento e segurança (PAULA, 2005). A partir da interação desses pontos conexos, bem como da integração dos mesmos na grande trama social, é possível pensar de forma mais assertiva os processos de desenvolvimento local, bem como os fatores determinantes e transformadores regionais.

De acordo com Chiarello (2015), "*o papel da universidade é determinante no desenvolvimento regional na medida em que as relações estabelecidas entre os agentes – universidades, empresas, sociedade civil, promovem o desenvolvimento.*" Essa mesma visão é compartilhada pelo próprio Plano Nacional da Educação⁹, que caracteriza a Universidade como depositária e criadora de conhecimentos, promovendo naturalmente em suas atividades basilares, a partir do tripé ensino, pesquisa e extensão, o desenvolvimento local e regional no seu entorno. Constitui-se, dessa forma, dinamizadora direta e indireta do desenvolvimento econômico e social. Segundo Friedhilde e Liberato (2013)¹⁰, a Universidade Pública instalada em uma região tem o poder de avançar além dos três pilares clássicos nos quais ela historicamente se baseia, para constituir um quarto ponto de apoio, traduzido na "*promoção social*". Ao fortalecer diretamente o capital humano, corrobora o desenvolvimento social em todas as suas potencialidades coletivas, propiciando, ainda, de forma circular, porém não necessariamente contínua, o cumprimento de funções diversificadas junto ao setor produtivo, pelo fortalecimento e disponibilização do suporte científico e tecnológico.

De modo geral, inúmeros pesquisadores se interessam em discutir o lugar da Universidade Pública na sociedade contemporânea. Preocupações que retornam constantemente à pauta, devido ao movimento natural das sociedades ou, de forma menos feliz, em busca de defesa aos ataques que a Universidade vem sofrendo nos dias atuais, em uma tentativa de geração de sua desvalorização e seu consequente desmonte.

Embora as Universidades Públicas fixadas em Macaé não possam fugir a esses impactos e ameaças políticas geradas em perspectivas nacionais, o esforço para a fixação das mesmas no município faz parte de longas trajetórias de esforços, pessoais e institucionais, que corroboram, apesar das complexidades próprias para suas instalações, o sentido originário de desenvolvimento e progresso coletivo. Nesse sentido, importa destacar como baliza, entre vários outros, o trabalho *"Universidades Públicas como Instrumento de Desenvolvimento Regional: um estudo de caso sobre a experiência brasileira"*, especialmente por encontrarmos nele a referência da Universidade com a capacidade de gerar a mudança na dinâmica local da região, já que para muito além do ensino propriamente dito, "amplia-se a contratação de professores, técnicos administrativos e o consumo de serviços diversos, o que gera uma maior movimentação financeira local (seja por meio de pagamento de salários, das bolsas estudantis, do investimento em infraestrutura e das transações comerciais estabelecidas regionalmente)".

No valor da continuidade entre homens e instituições, abrimos espaços para registros e memórias que, no município de Macaé, compõem essas trajetórias até os dias atuais. Importa, portanto, refletir sobre o sentido da memória social como *"a interpretação da história das mutáveis sociedades e culturas através da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiências"* (THOMPSON, 2002, p.9-28). Considerando ainda sua capacidade de interação, apontando para perspectivas interdisciplinares entre os campos das ciências humanas, a memória social, em consonância com a metodologia da história oral, nos permite tanto a interpretação das experiências e trajetórias de vidas individuais, quanto as implicações sociais mais amplas permeadas através daquelas vidas em representações às instituições sociais nas quais estiveram inseridas. E embora em alguns casos essas perspectivas tornem longas as entrevistas, são exatamente nas digressões e "entrelinhas" que estão a riqueza da lembrança, conformando-se com as características emocionais da memória, quase sempre tornando esses registros únicos.

Segundo Passerini (2011, p.40),

a oralidade apresenta um quadro distinto. O papel é muito mais fortemente, e imediatamente, emotivo – isso porque o interlocutor está presente, faz perguntas, ou pelo menos acena positivamente ou faz expressões de desaprovação. (...) este aspecto, longe de ser um atentado contra a objetividade, é um modo de recuperá-la. A emotividade faz emergir, na relação intersubjetiva, indícios preciosos que de outro modo seriam perdidos.¹¹

Esse é o sentido que a esse trabalho interessa. O mesmo que na proposição de Thompson (2002) a memória aparece como preenchedora de lacunas não alcançáveis pela história, equilibrando o diálogo entre estruturas e sujeitos.

3. HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA EM MACAÉ¹²- (PRIMEIRO MOVIMENTO)

3.1. O caso da *Universidade Federal Fluminense*

O esforço para sediar uma Universidade Pública e de qualidade em Macaé remete-se ao início dos anos 1990, quando o então Prefeito, Sylvio Lopes Teixeira (Partido Liberal, à época), iniciou as negociações com a Universidade Federal Fluminense (UFF), sediada em Niterói - RJ. O sucesso da aproximação entre o Governo Municipal e a Universidade permitiu a abertura, em 1992, dos cursos de graduação em Administração e Ciências Contábeis, instalados inicialmente na Escola Polivalente Anísio Teixeira. Esses cursos funcionaram em extensão aos seus "cursos-mães" sediados e administrados pelos seus respectivos departamentos acadêmicos na sede da UFF em Niterói.

Nas palavras do próprio ex-prefeito:

Todos nós cidadãos, naturalmente, tencionamos trazer para dentro do nosso Município a condição de ter uma faculdade, algum tipo de ensino superior. Essa sempre foi minha vontade e surgiu de repente essa possibilidade com a UFF era lá em Niterói, num hotel, onde eles estavam instalados. Surgiu essa possibilidade, bem dizer, que haveria essa condição de trazer um braço para o interior. E conversando com a Secretária de Educação da época, a Maria Helena Salles, ela então procurou ter esse entendimento e chegou-se à conclusão de que realmente havia a possibilidade, desde que nós tivéssemos um local para alojá-los. E foi aí então que nós aproveitamos essa oportunidade e esses profissionais da área de educação se envolveram com a direção da UFF, e então houve a possibilidade de trazê-los pra cá. Isso foi no primeiro mandato que começou em 1989 e terminou em 1992.

Eu devo dizer o seguinte: a minha felicidade foi encontrar pessoas que amavam e amam a educação; profissionais que foram a Maria Helena e a Maria Eny¹³, que começaram com seus próprios entusiasmos e conhecimentos a fazer com que esse convênio viesse a se realizar. Naturalmente que existem sempre as dificuldades. Existem sempre aqueles que acham que são gastos desnecessários, mas investir em educação não são gastos, são investimentos e hoje temos os resultados. Isso traz até uma certa raiva a outros que não pensaram ou não veem desse jeito, mas é uma pena que as pessoas sejam assim. Mas eu devo dizer a você que eu devo muito a essas professoras que se entusiasmaram e transbordaram desse entusiasmo em cima de mim como Prefeito... *"Ah Prefeito, o Senhor pode fazer assim ou assado!"* E essa forma foi possível fazer esse convênio, e eu entendi que não seriam gastos desnecessários. Existem coisas que o povo quer, e outras de que o povo precisa. Você não tem propriamente que atender o que ele quer em si, e sim o que é preciso. E o investimento na educação era e é preciso. E que outros Prefeitos procurem cada vez mais entender que quanto mais pudermos investir vamos ter mais qualidade, e o que nós precisamos é dessa qualidade na educação. (Entrevista concedida pelo Ex-Prefeito de Macaé, Sr. Sylvio Lopes Teixeira – no dia 01 de abril de 2019, em sua residência no Bairro Imbetiba – Transcrição: Fábio Falcão Spacca)

O ex-gestor também dimensiona os entraves dessa ação:

Toda vez que você vai fazer um investimento que não consta naquilo que é de responsabilidade do Município, por falha às vezes da legislação, as pessoas acham que você vai fazer uma coisa que não é de seu cabimento, vai deixar de investir em outras coisas que poderiam ser aparentemente melhor. Mas você faz uma avaliação e diz: não, o que eu quero é o futuro!

Nós precisamos parar com esse negócio de querer tudo para ontem e entender que uma semente se

distancia da flor durante algum tempo e depois vem a beleza que é a flor e o seu perfume. Embora a semente tenha sido plantada num lugar que era fermentado e mal cheiroso, depois fica uma flor bonita e cheirosa, admirada por todos, mas a semente e o adubo lá ninguém tinha admiração por eles. É preciso que se tenha uma visão maior de futuro e acabar com esse negócio que seja pra ontem. Então eu acho que o grande problema que existe nas administrações é essa falta de aproximação, de acordos entre o Governo do Estado, o Governo Federal com o Municipal. Chamar as autoridades e dizer que estamos no mesmo barco e precisamos desenvolver isso. E foi dessa forma, assim pensando, que nós fizemos esse investimento nessa direção e que vem dando certo. (Entrevista concedida pelo Ex-Prefeito de Macaé, Sr. Sylvio Lopes Teixeira – no dia 01 de abril de 2019, em sua residência no Bairro Imbetiba – Transcrição: Fábio Falcão Spacca)

Apesar da iniciativa do Governo Municipal ter sido louvável, o modelo do convênio implementado soou como um arranjo interno dentro da Universidade. Assim, a ação não fazia parte de nenhum plano de expansão coordenado pelo Governo Federal, assumindo, portanto, características próprias, de acordo com as possibilidades econômicas e estruturais do município. Ou poderíamos dizer dos variados municípios, já que não fora apenas Macaé a receber um polo da *Universidade Federal Fluminense*. Nesse contexto, embora legalmente institucionalizada, a presença da UFF em Macaé perpassou por inúmeros "caprichos pessoais" dos professores e Coordenadores de Departamentos, mitigados pelos sobrepostos pagamentos de bolsas acadêmicas para estarem no município. Prática contraditória que, se por um lado foi o caminho encontrado para a vinda da Universidade Pública, por outro, ao centrar-se em relações fortemente marcadas por personalismos, não permitiu que a Universidade se instalasse de forma plena em seu tripé: ensino, pesquisa e extensão, estabelecendo-se como uma "grande escola de ensino superior", muito mais representativa do que propriamente a Universidade em si.

A respeito desse processo, Carlos José Mattos de Andrade (o "Casé"), que acompanhou todo o processo como macaense e funcionário público municipal, nos conta que

Na verdade, eu passei a conviver (com a Fundação Educacional de Macaé e com o projeto de interiorização da UFF) logo nos primeiros dias do ano de 1993. A FUNEMAC foi criada em 17 de novembro de 1992 por um governo que estava findando. Era o governo do Prefeito Sylvio Lopes. E logo entrou o Prefeito Carlos Emir Mussi. Nós pagávamos as bolsas, porque foi um projeto de extensão de sala de aula, não foi uma interiorização de investimento público federal na cidade de Macaé. Foi uma parceria com o Município para que se viabilizasse extensão de sala de aula. Então esses quatro anos foram de distribuição de passagens para os professores que vinham de Niterói e pagamento das bolsas e autorização para o processo seletivo a cada ano que a UFF nos pedia.

Em 1997, a Fundação foi reestruturada, e aí sim, foi criado todo um organograma que a potencializou. Aí a partir de 1997 com a reestruturação, com os cargos, com as funções é que houve um desenvolvimento verdadeiro, pleno, da ideia de um complexo universitário em Macaé.

(...)

Das lembranças mais antigas que tenho da UFF em Macaé, me vem o primeiro processo seletivo que se deu na Escola Polivalente Anísio Teixeira. E lá eu trabalhei como fiscal e foi realmente assim, um marco. A gente tinha a percepção da chegada a Macaé de uma universidade pública. A gente acreditava, e como realmente hoje é fato, que a cidade pudesse alcançar o *status* de uma cidade universitária.

Os dois primeiros cursos foram Administração e Ciências Contábeis. A procura inicial foi grande. Mas é interessante que, as duas primeiras turmas de Administração e Contábeis, uma de cada, isso em 1993, no início da Universidade Federal Fluminense em Macaé, tínhamos mais de 80% de alunos engenheiros e demais funcionários da Petrobras, já graduados. Muitos fazendo Administração com o interesse em gestão

de processos internos lá dentro da empresa. Ser gerente, enfim... eles já tinham o curso de engenharia e administração daria esse cabedal para que eles pudessem fazer gestão de processos lá dentro. No início, eram 50 vagas para alunos por turma.

Depois de um tempo, nós precisamos deixar a Escola Polivalente e procurar outro pouso. Fomos nos instalar na Escola Municipal Ancyra Gonçalves Pimentel, onde também se geraram alguns conflitos (risos). Não mais por ciúmes, mas pela questão espacial, pelas necessidades de uma academia que diferem um pouco do aluno do ensino fundamental. O aluno de uma universidade tem um outro tipo de cobrança com conforto de sala, com banheiros. Então havia uma certa exigência, um pouco de reclamação, enfim...

A UFF veio com um projeto de interiorização, na época não existia o REUNI, o PROUNI, nenhum desses programas federais existiam ainda. Então a UFF descobriu um filão de interiorização, que como eu falei anteriormente, era extensão de sala de aula. Era uma sala de aula dos cursos de Niterói em Macaé. E com isso, com esses convênios assinados com os municípios do interior, esses municípios se propunham a pagar uma bolsa a esses professores que vinham dar aulas, como foi o caso de Macaé. Ou seja, simplificando, evitando que o aluno de Macaé fosse para Niterói, tivesse outros custos. Obviamente que a gente precisa entender também que foi um processo que ajudou a comunidade acadêmica da UFF, os professores, as coordenações, que era um *plus* que eles obtinham vindo dar aulas no interior. Eles recebiam bolsas, com valores bastante interessantes, então acabava sendo uma troca. Não era um projeto de interiorização, nem um programa de interiorização, que só iria se dar muito mais tarde com o REUNI. Ou seja, havia interesses financeiros também. Agora, foi importantíssimo para Macaé. Por que eu digo isso? Porque a partir desse convênio, todos os conflitos gerados com a Universidade Federal Fluminense nos catapultaram a gerar essa Cidade Universitária, existente hoje em Macaé com mais de cinco mil alunos. Sem a criação dessa Fundação que foi uma exigência da UFF para que a gente pudesse pagar esses professores, para que tivesse essa mobilidade da vinda dos professores, pagar essa bolsa que a princípio não é uma coisa tão simpática. Mas se não houvesse esse momento da exigência da UFF de vir para o interior, da criação da FUNEMAC, fatalmente nós não teríamos esse complexo universitário hoje em Macaé. Porque o objetivo precípua quando da criação da FUNEMAC é, está lá ainda na lei: *"desenvolver o ensino superior em Macaé e Região"*. E isso aqui acabou acontecendo com muita resiliência do Governo Municipal, com muita paciência de vários governos. Mas nós conseguimos implantar e implementar, hoje a gente pode falar com tranquilidade, essa Cidade Universitária Pública com ensino e pesquisa de qualidade, como já existe na nossa cidade. (Entrevista concedida pelo Sr. Carlos José Mattos de Andrade – o "Casé" – no dia 22 de março de 2019, em sua sala de trabalho na Secretaria Municipal Adjunta de Ensino Superior - extinta FUNEMAC – Cidade Universitária – Transcrição: Meynardo Rocha de Carvalho)

Em relação à formação, podemos perceber graves lacunas quanto ao projeto universal do ensino superior público. Ao não ser consolidado de forma completa, o projeto reservou seus saberes a um grupo seleto de estudantes, sem conseguir contribuir de forma difusa para a sociedade do seu entorno, contrariando a principal justificativa da interiorização de uma universidade em um Estado educacionalmente tão centralizado, como era o caso do estado do Rio de Janeiro da época.

Em 2005, uma grave crise administrativa assolou a Fundação Estadual Norte Fluminense (FENORTE), responsável, por meio de Convênio Estadual, pela manutenção do Curso de Direito da UFF. Para a manutenção do curso na região e diminuição dos prejuízos aos estudantes matriculados, a Prefeitura Municipal de Macaé, representada pelo então Prefeito Riverton Mussi (PSDB), através da já existente Fundação Educacional de Macaé (FUNEMAC), assumiu o convênio com a UFF, prometendo o fornecimento de toda infraestrutura acadêmica para o funcionamento da Universidade, bem como a criação de um *Centro de Assistência Jurídica* (CAJUFF), conforme reivindicação dos líderes estudantis representantes do corpo discente do Curso de Direito. À época, um dos avanços promovidos por essa crise foi a promessa do representante do Ministério da Educação, Sr. Willian Campos, da inclusão nos concursos públicos de vagas específicas para professores trabalharem em

Macaé. Fazendo com que o processo estrutural mais amplo pudesse gradativamente começar a se desenvolver¹⁴. Somente em 25 de julho de 2012 foi aprovada a criação do Campus da UFF em Macaé, pela decisão nº 29/2012¹⁵.

Se, por um lado, as relações entre Universidade e Município nunca foram completamente amenas, levando a uma completude no seu processo de interiorização; por outro, das tensões surgiram novas soluções, poderíamos dizer que caseiras, no sentido de fazer de Macaé uma "Cidade Universitária".

Questionado sobre um ponto negativo e outro positivo da UFF em Macaé, o "Casé" respondeu:

Inicialmente, o convênio não teve interesse estritamente acadêmico, da relação apenas de ensino-aprendizagem. Foi apenas uma manobra para beneficiar um grupo seletivo. Um elogio é que sem a UFF em Macaé, sem esse convênio, sem a criação da FUNEMAC, nós não estaríamos aqui falando sobre isso. (Entrevista concedida pelo Sr. Carlos José Mattos de Andrade – o "Casé" – no dia 22 de março de 2019, em sua sala de trabalho na Secretaria Municipal Adjunta de Ensino Superior - extinta FUNEMAC – Cidade Universitária - Transcrição: Meynardo Rocha de Carvalho)

3.2. A criação da FUNEMAC e da FeMASS – conflitos acadêmicos e avanços no Ensino Superior Municipal

Refletindo esquematicamente, o projeto de interiorização universitária iniciado em Macaé estruturou-se em dois lados inicialmente distanciados: a Universidade na antiga capital do estado de um lado, e a população expectante no distante interior de outro. Mediados pelo Município, ou melhor, pela Gestão Municipal, que entendera que o caminho de aproximação com a UFF seria o adequado para as perspectivas ocasionais, a Gestão se colocara no lugar do entre, tentando equilibrar, a partir de então, tanto os processos de aproximação, quanto os desequilíbrios provenientes do modelo utilizado.

Na tentativa de equilibrar o convênio, adequando-o à legalidade, está a exigência, por parte da UFF, da criação de uma fundação pública municipal, de direito público, que pudesse atender aos pagamentos diretos de bolsas acadêmicas aos professores "interiorizados". Naturalmente, ao ser criada, o Município dera-lhe um caráter bem mais amplo do que a necessidade primária. Portanto, o projeto ia bem além da exigência em executar a proposta existente, para alcançar a ampliação das perspectivas e vetorizar novos horizontes acadêmicos para Macaé.

Se por um lado, a FUNEMAC aproximava, por outro, a relação cotidiana entre a UFF e a Gestão Municipal encontrava, cotidianamente, vários pontos de distanciamento e desaprovação. Dos conflitos entre pontos de vista e as segmentações do diálogo institucionalizado, com possibilidades palpáveis de descontinuidades, surge a necessidade de uma Faculdade Municipal, senão no sentido de manutenção da relação com a UFF, no sentido de dar continuidade ao projeto de Ensino Superior iniciado sob a mediação da Prefeitura¹⁶. Portanto, o surgimento da Fundação Educacional de Macaé (FUNEMAC) e da sua Faculdade Prof. Miguel Ângelo da Silva Santos (FeMASS) não faz parte de um longo processo de planejamento educacional autônomo do Município de Macaé, muito embora se inscreva no âmbito das ações estruturantes do Ensino Superior no Município, e consequentemente, na Região.

Sobre as memórias da criação da FeMASS, a partir das percepções pessoais e institucionais que se mesclam na experiência cotidiana, atentemos às colocações do "Casé":

A principal incentivadora da criação de uma Faculdade Municipal, a Femass, foi a Professora Maria Eny Carvalho Rodrigues. Foi ela que, vendo as dificuldades da expansão da UFF e preocupada com a qualificação acadêmica em nível superior, compreendeu que não era possível esperar o Poder Público Federal ou Municipal para implementar o ensino superior na região. No início das suas atividades a FeMASS era paga somente para arcar com os custos das instalações.

Por conta de um possível rompimento com a Universidade Federal Fluminense, - pela dificuldade em expandir-se no Município e em sair da condição de extensão de sala de aula -, a FeMASS passou a oferecer o curso de Administração. Por isso hoje as duas instituições oferecem o mesmo curso. Após algum tempo também começou a oferecer o curso de Engenharia de Produção e, mais recentemente, o curso de Licenciatura em Matemática. Este último por conta da criação do Colégio de Aplicação, o que exigiu um curso de licenciatura para que fizesse sentido.

A criação da FeMASS ocorreu com assessoria da UERJ, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, por meio de um núcleo chamado Núcleo Superior de Estudos Governamentais (NUSEG). O investimento em uma Faculdade Municipal gerou muitas controvérsias, uma vez que esse tipo de investimento não é obrigatoriamente uma competência do governo municipal. No entanto, o que sempre se sobrepôs a essa ideia foi a certeza da importância do ensino, da pesquisa e da extensão, em nível superior, para o desenvolvimento do município. (Entrevista concedida pelo Sr. Carlos José Mattos de Andrade – o "Casé" – no dia 22 de março de 2019, em sua sala de trabalho na Secretaria Municipal Adjunta de Ensino Superior - extinta FUNEMAC – Cidade Universitária - Transcrição: Meynardo Rocha de Carvalho – Adaptada)

Criada pela Lei nº 1.369/1992, a FUNEMAC surgiu como órgão de competência e direito de encaminhar as diretrizes e o modelo de Ensino Superior Público a ser gradativamente implantado em Macaé. Já que a esta, em suas finalidades precípuas, cabia:

- I – executar atividades nas áreas de ensino superior, pesquisa e extensão de educação profissional e dos institutos técnicos, através de seus órgãos constitutivos;
- II – prestar apoio técnico a instituições públicas e privadas, em programas e projetos, objetivando o desenvolvimento íntegro do Município de Macaé e Região;
- III – promover a formação profissional para capacitação de recursos humanos, atendendo às diversas instituições, quer formais ou informais, públicas ou privadas, necessárias ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão universitárias;
- VI – coordenar ações para atender as necessidades acadêmicas de ensino superior, pesquisa e extensão, de qualificação e requalificação profissional, que o Município e Região demandem, utilizando-se do conhecimento técnico-científico, pedagógico e cultural dos seus institutos técnicos e de entidades de ensino e pesquisa, nacionais e internacionais;
- V – criar e consolidar a estruturação do Complexo Universitário com vistas a ordenar o Ensino Superior para cobrir a demanda reprimida de formação, capacitação, pesquisa e extensão, necessários ao desenvolvimento sustentável e corrigir os desequilíbrios na produção e difusão do conhecimento;
- VI – estabelecer parcerias, consórcios com Universidades brasileiras e estrangeiras para suscitar o permanente aperfeiçoamento cultural e profissional ajustados à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e especialmente à implantação da Universidade Livre e Universidade à Distância;
- VII – promover cursos, oficinas, simpósios e outras formas para treinamento profissional, qualificação e requalificação nos setores primário, secundário e terciário;
- VIII – prestar serviços de consultoria nas áreas de sua competência;
- IX – utilizar tecnologia de ensino à distância na capacitação de recursos humanos;
- X – desenvolver estudos e projetos para a criação de Institutos Técnicos;

XI – criar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino Superior, Pesquisa e Extensão da Educação Profissional e dos Institutos Técnicos, designado pela sigla FUMDESPE, de natureza contábil e financeira, vinculado à FUNEMAC.

(Lei Municipal nº 1997/99, Modifica a estrutura organizacional da FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE MACAÉ – FUNEMAC: cria o Complexo Universitário de Macaé, constituído de Instituições Educacionais Próprias; Instituições com Parcerias e Convênios; e Institutos Técnicos, e cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino Superior, Pesquisa e Extensão, da Educação Profissional e dos Institutos Técnicos, e dá outras providências).

Cabe aqui observar novamente que se as tensões presentes no convênio entre Prefeitura Municipal de Macaé e a Universidade Federal Fluminense foram responsáveis pela criação da FUNEMAC e da FeMASS, especialmente a FUNEMAC, como cerne do novo projeto nascente que, surgiu com perspectivas legais muito amplas do que as projetadas pela crise relacional. Nesse sentido, sua estrutura legal, mais do que a de uma “fundação pagante de bolsas”, corroborou características próprias de uma universidade em si, o que lhe conferiu, na ausência de uma interiorização completa da UFF, a possibilidade de exercer “ensino, pesquisa e extensão” e outras ações correlatas com autonomia. Além disso, houve as perspectivas que contemplavam o ensino técnico e outras qualificações componentes de um projeto ousado (no melhor sentido) e transbordante de Ensino Superior Público presente no interior. Todo esse contexto conferiu à Fundação características de uma nova visão para o futuro e de um novo modelo de educação superior em execução no município de Macaé.

4. MOVIMENTOS CORRELATOS: PETRÓLEO, PESQUISAS, SONHOS – ENSINO SUPERIOR AVANTE!

4.1. Movimento Correlato 1 – De Escola Técnica Federal à Instituto Federal Fluminense

Em 29 de dezembro de 2008 foi sancionada a Lei Federal nº 11.892, que instituía a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando, portanto, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A referida Lei não apenas criava institutos novos, mas também transformava Institutos Técnicos Federais já existentes em várias regiões do Brasil, ampliando suas atividades e corroborando um novo olhar do Governo Federal sobre o sistema educacional do país.

Segundo a Lei, através da definição da natureza autárquica dessas instituições, elas passaram a ter autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, além de serem definidas como

[...] instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. (Artigo 2º da Lei Federal nº 11.892/2008, que cria os Institutos Federais e define sua natureza e atribuições.)

Dessa forma, Macaé, que já possuía uma Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) da Escola Técnica Federal de Campos dos Goytacazes, beneficiou-se com esse processo, alçando, portanto, sua Escola Técnica à condição de um dos vários *campi* do Instituto Federal Fluminense vinculados à reitoria mantida na unidade original de Campos dos Goytacazes. Com essa mudança, além da ampliação das atividades educacionais da unidade tradicionalmente vinculada à formação técnica profissionalizante, permitiu o estabelecimento do Curso de Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação além do Curso de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Engenharia Ambiental. Abrindo ainda, no primeiro semestre de 2018, a primeira turma do Curso de Bacharelado em Engenharia Elétrica.

Embora esse processo, em específico, de expansão do Ensino Superior seja muito novo, a história da UNED em Macaé inicia-se na década de 1980, a partir do esforço político-cidadão de alguns sonhadores, em consonância com a presença da Petrobras no município. Embora a dimensão das instituições e as experiências das vidas se percam ou se mesquem no âmbito corrido dos dias atuais, as perspectivas da memória (ou memórias) preenchem, como dizia Thompson (2002), as lacunas diluídas na constituição da história, equilibrando, portanto, estruturas e sujeitos a partir do valor das trajetórias e caminhos percorridos. Nesse sentido de compreensão desse movimento em prol da Escola Técnica no passado, “ouçamos” as experiências da Profa. Marilena Garcia, macaense, ex-vereadora e ex-prefeita de Macaé, cuja história pessoal, através de seu protagonismo, mescla-se com vários momentos de grande importância para a vida da Cidade¹⁷. Passemos, então, a elas:

Em 1982 a Petrobras já havia chegado a Macaé, no ano de 1979, e na condição de macaense e professora (eu sou professora do Estado agora aposentada), eu já conhecia as necessidades dessa Macaé que despontava no cenário nacional como a futura Capital Nacional do Petróleo. E a gente já tinha com exatidão, nós já conhecíamos todas as demandas e todos os sacrifícios que a cidade passaria. Já sabíamos da grande transformação que essa cidade viveria.

Quando a Petrobras chegou a Macaé, no final da década de 1970, nós havíamos perdido a Escola do SENAI, uma Escola Profissionalizante do SENAI; sim, porque a história de Macaé é ligada à pesca e aos ferroviários, então os ferroviários estudavam na Escola Técnica do SENAI, que existia exatamente ali hoje onde é o Colégio Municipal Antonio Alvares Parada, na Imbetiba. Ao perder a Escola do SENAI, nós sabíamos que tínhamos que reivindicar uma Escola Técnica Federal para Macaé. Nós não conseguíamos imaginar uma cidade que receberia imigrantes do Brasil, imigrantes internacionais, uma cidade que se transformaria completamente se não tivesse um suporte profissionalizante para que nossos meninos e meninas, nossos jovens, tivessem uma oportunidade, até para uma ocupação do próprio mercado de trabalho que se abriria com o fortalecimento das empresas e da bacia petrolífera. Então nós partimos, criamos uma Comissão (Parlamentar), eu e o Presidente da Câmara Municipal na ocasião, o Sr. Rubem Almeida. Criamos essa Comissão em outubro de 1985, uma comissão que eu era Presidente e partimos para mobilizar a comunidade. Com a comunidade fortalecida e unida para ela reivindicar às autoridades responsáveis essa causa que era mais do que justa, Macaé ter sua Escola Técnica Federal. E partimos pra luta.

A luta começa naturalmente dentro da Cidade, para depois de fortalecidos sairmos dos limites da Cidade. Na Cidade nós fizemos movimentos muito grandes, na Cidade nós nos posicionamos junto a toda sociedade civil organizada, aos estudantes, aos professores e a sociedade aderiu o movimento muito fácil, tanto que nós conseguimos milhares de assinaturas em poucos dias. Um abaixo assinado, que nós tínhamos um banquinho e saíamos pela Cidade toda percorrendo e pedindo e falando da causa. Eu estou falando de um outro tempo em que a comunicação era feita de outra forma, um megafone na mão era um sucesso, caminhada pelos bairros, e as pessoas saíam de suas casas para aderirem à causa. Mas nós tínhamos uma dificuldade muito grande porque a Escola Técnica de Campos se sentiu ameaçada com esse movimento, porque é bom lembrar que naquela ocasião só era permitido uma Escola Técnica Federal por cada estado

brasileiro e o único que tinha duas escolas técnicas federais era o estado do Rio.

Começamos então uma trajetória e a construir um processo que permitisse isso, e Campos apresentou um projeto de colocar um núcleo aqui e nós não aceitamos. E essa comissão presidida por mim, com o apoio total do Sr. Rubem Almeida e mais alguns vereadores, começa a construir com o Governo do município a possibilidade de termos a própria Escola Técnica. Começou uma briga dentro da própria Câmara, porque o prefeito da ocasião, o Sr. Alcides Ramos, cedeu aquela área (que depois conseguimos vencer), aquela área ali onde foi construída a Escola. Mas havia um grupo da Câmara já enciumado (e isso faz parte do processo democrático), enciumado porque realmente nossa bandeira tinha tomado conta da Cidade e estava repercutindo em todo o Estado também. Eles queriam que a Escola fosse em outro terreno, enfim... picuinhas internas de uma Câmara Municipal. O município concedeu o terreno para o projeto que ainda não era legalmente constituído, mas foi ali que tudo aconteceu. O município concede, mas quem vai construir? Quem ia equipar? Quem ia manter? Começou a outra parte da história. Vamos a Brasília, bater na porta do Congresso Nacional pra tentar sensibilizar o Ministério da Educação e Cultura para que Macaé tivesse sua Escola Técnica. E foram anos e anos de luta, a Escola foi inaugurada em 1993 e a obra começou em 1990 ou 1991. Então durante todo esse tempo, mesmo já tendo disponível o terreno, nós trabalhamos muito pra conseguirmos a construção. E de que forma nós conseguimos? A Escola Técnica de Macaé (hoje o IFF), é a única Escola Técnica do Brasil que não foi construída com dinheiro do Ministério da Educação, ela foi construída pela Petrobrás, não teve dinheiro do Ministério da Educação. E por quê? Aí entra uma história muito bonita e é uma história que precisa ser registrada, porque a gente tende a desanimar das lutas, quando a gente vê que a coisa está dando muito trabalho, a gente acha que está difícil, né? Enfim, nós não desanimamos! Nós não desanimamos em momento algum, mesmo quando o poder político de Campos, porque Macaé sempre foi um município no meio de duas potências do estado, a potência cultural e econômica de Campos e a potência turística de Búzios; então sempre fomos uma Cidadezinha do meio do caminho, graças a Deus, profundamente equilibrada, oriundos da pesca, da ferrovia, do pequeno comércio, com dois distritos (Carapebus e Quissamã) que nos rendiam uma arrecadação razoável, e nós vivíamos muito bem. Agora, na hora do poder político pressionar, nós tivemos todos esses anos de muita luta, porque o poder político de Campos pressionava em nome de uma lei, existia uma lei e o Estado já tinha duas escolas técnicas e Macaé não poderia ter mais uma. Não conseguimos nada via Congresso, panfletagem na Câmara Federal, no Senado, pelos Gabinetes, não conseguimos nada. O poder político de Campos foi decisivo! Conseguimos quando? Quando o primeiro engenheiro foi Superintendente da Petrobras em Macaé, ele que instalou a Bacia Petrolífera de Campos, o engenheiro Alfeu Valença. Quando esse senhor se tornou Superintendente da Petrobras, ele como morador de Macaé acompanhou toda a nossa luta, e por uma coincidência histórica e para o bem de Macaé, ele amava essa cidade, vivia o nosso cotidiano e, então, Alfeu passa a ser o Presidente da Petrobras. E ele, na condição de Presidente da Petrobras, tomou posse num dia e no outro dia a Comissão estava lá. Então nós tivemos essa coincidência, que permitiu que o Presidente da empresa assinasse um convênio com o Ministério da Educação e Cultura, o qual dizia que a Petrobras faria a construção da Escola Técnica, concederia todos os equipamentos e entregaria ao MEC. Então foi isso o que aconteceu.

Nós fizemos a assinatura do convênio em Macaé, que foi muito interessante porque foi da noite para o dia, e essas questões são muito sérias e precisam ser registradas. Quando eu digo que a Escola Técnica de Macaé é uma história de amor, quer dizer, quando Alfeu soube que ia sair da Presidência da Petrobras, ele liga e diz que estaria vindo no dia seguinte para assinar o convênio entre a Petrobras e MEC, em 1988.

Eu atendi e falei: _ Ah, Sr. Alfeu, amanhã? Ah não. Eu sonhei que se um dia isso acontecesse nós iríamos colocar banda na rua, bandeira.... E ele então disse: _ Marilena, eu vou sair. Vamos assinar o convênio amanhã! E eu disse então: _Mas como? Nós vamos perdendo a dimensão do poder...

Eu lembro que quando eu desliguei o telefone e olhei pra esse Rio aqui em frente de casa, eu pensei: _Gente, vai sair! Meu Deus, eu não acredito... Não vai ter banda de música? Vai ter sim! Liguei para o Professor Rossini Medeiros, Diretor do Luiz Reid: _Rossini, amanhã é a assinatura do convênio... Conseguimos mobilizar e foi uma coisa linda. (Entrevista concedida pela ex-Vereadora e ex-Vice-prefeita de Macaé, ex. Secretária de Educação de Macaé, Sra. Marilena Pereira Garcia, originalmente para o Centro de Memórias do IFF/Macaé – no dia 10 de maio de 2017, em sua casa, na Ilha da Caieira, Macaé – RJ - Transcrição: Fábio Falcão Spacca)

4.2. Movimento Correlato 2 - O pesquisador Francisco Esteves e a criação do NUPEM (UFRJ)

Conhecidos através do sonho conjunto de implementação do Ensino Superior Público em Macaé, o ex-prefeito Sylvio Lopes opina sobre a emblemática figura do Prof. Dr. Francisco Esteves, o "Chico":

O "Chico" Esteves é o tipo do camarada que o próprio nome já diz, é Francisco, igual a São Francisco. Cheio de bondade, cheio de vontade, acreditando nos sonhos, a vontade de ver o NUPEM como está hoje. Agradecemos todos a "Chico" Esteves, um homem com prestígio e o nome que tem se sujeitar a ficar numa barraca, na praia, num pasto na beira da praia, com frio, calor e sol e ele ali persistindo. Isso é uma demonstração que vale a pena ser persistente. Todo mérito é do "Chico"! Ele que é uma pessoa humilde, compreensiva, igual a São Francisco, o nome já é próprio.

Depois da temporada à beira da praia, deram a ele um lugar de rações do Parque de Exposições de Macaé, e ele colocou tudo ali dentro. Saiu da barraca e foi pra lá. Aí eu cheguei, e ao chegar, ele me dizendo das necessidades que tinha, dos recursos disponíveis e pleiteou da Prefeitura uma arquiteta, que ficou à disposição dele e fez aquele bonito Palácio que está lá hoje. O que era uma barraca, depois foi casa de ração do Parque de Exposições e hoje é aquilo, graças única e exclusivamente à persistência, à perseverança de um homem que acredita. Quando você acredita no que faz, você faz, você é capaz. Ele é isso! (Entrevista concedida pelo Ex-Prefeito de Macaé, Sr. Sylvio Lopes Teixeira – no dia 01 de abril de 2019, em sua residência no Bairro Imbetiba – Transcrição: Fábio Falcão Spacca)

A história da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em Macaé se entrelaça com a trajetória acadêmica e de vida do Professor Francisco de Assis Esteves. Líder de um pequeno grupo de pesquisas de interesse pessoal nas lagoas costeiras do Norte Fluminense, sua presença no Município remonta à década de 1980, quando ainda era docente na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), no interior do Estado de São Paulo. Hoje, refletindo sobre as experiências vividas, o fio da memória do próprio "Chico" descortina a grandiosidade dos feitos sonhados por ele e por pessoas que, em parceria, encontrou ao longo do processo. É esse mesmo fio, que une o presente ao passado, que corrobora a imagem do cotidiano, compõe a história recente do Município de Macaé na constituição do sonho e da realidade de realização do Ensino Superior Público.

Após a conclusão do doutorado, em 1978, eu fui contratado pela Universidade Federal São Carlos (UFSCar), no interior de São Paulo. Fiquei lá durante 10 anos, até 1989. No entanto, sempre tive interesse, já naquela época quando era docente da Universidade Federal de São Carlos, em estudar as lagoas de Macaé. Imboassica, Carapebus, naquela época Carapebus era Distrito de Macaé. Era uma paixão que eu tinha. Na época das férias eu deixava minha esposa com meus dois filhos na casa de minha sogra no Rio de Janeiro, e retornava para Macaé, dirigindo uma Kombi, com 4 estagiários em média, que hoje são cientistas renomados, reitores, secretários de estado. E nós acampávamos às margens das Lagoas de Imboassica, Carapebus, Lagoa Comprida, enfim, nos ecossistemas aquáticos da região. E já naquela fase, nós detectamos que era eminente o aumento da pressão da exploração de petróleo na região, e toda vez que uma economia de petróleo se estabelece numa região acontecem dois fatores: um enorme crescimento econômico e uma enorme degradação ambiental. Sobretudo no Brasil, porque as pessoas na época não tinham menor consciência ambiental. Eu previa que Macaé ficaria totalmente degradada.

A economia do petróleo é avassaladora do ponto de vista econômico e avassaladora do ponto de vista social, ecológico e ambiental. Com a minha transferência em maio de 1989 para a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), consolidou-se em mim a ideia de vir pra Macaé com mais frequência. Mas como vir pra Macaé? Tem custos! Então eu formulei um projeto que se chamou Ecolagoas, e saí atrás da Petrobras,

batendo de porta em porta de engenheiros da Petrobras. Até que um dia um petroleiro me recebeu muito bem, dizendo que tinha sido estudante da UFRJ e gostaria de conversar sobre o projeto. E desse contato saiu então um financiamento depois de dois anos de negociação. Saiu um convênio entre a Petrobras e a UFRJ para patrocinar pesquisas. Então o que aconteceu? Quando veio o projeto nós fizemos um cálculo para não mais ficarmos acampados, sobretudo as alunas, porque não queriam mais. Colocamos para ficar no antigo Hotel Ouro Negro. Quando o patrocínio veio, aquele montante de dinheiro, um aluno meu que hoje é Professor Titular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o Marcos Callisto, disse que era muito dinheiro, que a gente deveria construir um prédio. Aí surgiu a ideia. Mas onde? Como? Não dava pra comprar terreno e construir um prédio, então fomos ao Prefeito de Macaé, que era o Carlos Emir. Levamos seis meses para conseguir uma reunião com o Prefeito Carlos Emir, intermediada por grande amigo que era Secretário de Meio Ambiente da época, Marcos Schuenck. Que era biólogo e ficou muito sensibilizado, mas o Prefeito Carlos Emir não deu muita importância, mas depois acabou dando. Então ele falou que lá no Parque de Exposições tinham uns prédios, que ele não sabia pra quê foram construídos, e mandou pegarmos um. Escolhemos o último prédio, onde era um curral e guardavam rações e tal. Contratei um pedreiro, chamado Sr. Agilto, nunca esqueci o nome dele, e nós vínhamos na sexta-feira e acampávamos não mais na Lagoa, mas dentro do Parque de Exposições, nas barracas, mas tinha água potável e foi um avanço. Tinha o Fábio Roland, que hoje é Professor Titular na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), era o único que sabia fazer arroz e fritar ovo. Ele fazia a comida, eu fazia massa de cimento e os outros carregavam tijolo, e trabalhávamos de ajudante de pedreiro do Sr. Agilto. E assim transformamos a casa de ração num laboratório muito pequeno, mas muito pequeno. Quando o prédio ficou pronto, um aluno meu que é o Adriano Caliman, que hoje é Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), deu a ideia de colocarmos um nome, ficamos pensando e colocamos o nome NUPEM, Núcleo de Pesquisa de Macaé, aí ficou NUPEM. Com o Projeto Ecolagoas, tínhamos recurso de gasolina, a gente pegava a Kombi da UFRJ, quinzenalmente, e trazíamos as Escolas do Município para terem atividades conosco que chamávamos de educação ambiental no NUPEM. O NUPEM que acabara de ser criado no papel, mas não estava institucionalizado, não estava nada. Só no papel de guardanapo. (risos)

O NUPEM foi ganhando reconhecimento à medida que começou a passar o conhecimento científico não só para as revistas especializadas, mas sim, diretamente para a sociedade. O Colégio Luiz Reid foi a primeira escola que se integrou ao nosso trabalho. O NUPEM começou a crescer e a ser reconhecido, a ponto de que, naquela época que não tínhamos cartão de crédito, íamos abastecer a Kombi e quando dávamos cheque ninguém aceitava. Cheque de fora nem pensar, mas quando dizíamos que era cheque do NUPEM, aí todos aceitavam. E isso mostrava que o NUPEM era uma grife, já detinha uma respeitabilidade grande no Município. Então o NUPEM foi crescendo e quando o Prefeito Sylvio Lopes assumiu em 1987, foi muito receptivo e visionário. E quando o NUPEM estava em situação muito difícil, porque eu falava sempre, o NUPEM tem uma alma grande mas não tem um corpo, o prédio era muito pequeno, não cabia mais. Nós tínhamos convênio com os EUA, a Suécia, com a Alemanha, vinham muitos cientistas, nós tínhamos criado o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, então o Prefeito Sylvio Lopes se convenceu de doar um terreno e construir uma nova sede. E dentro da visão de utopia de Sylvio Lopes, ele realmente é um visionário, fora, além do seu tempo, o NUPEM ganhou uma nova sede, uma casa grande. Mas aí eu disse que nós tínhamos exagerado no tamanho, ficou muito grande, então surgiu a ideia de criar um Curso de Graduação em Ciências Biológicas. Nós sabíamos dos vários cursos rápidos que tínhamos administrado que não tinha Universidade para qualificar os Professores de Biologia e Ciências das redes de ensino de Macaé, mas a UFRJ não aprovou. Nós insistimos e levamos quatro anos para criarmos o Curso, a negociação começou em 2002 e só conseguimos formar a primeira turma em 2006. Na UFRJ tudo é muito lento, é tudo muito pensado e discutido e a discussão era a seguinte: nós já temos tantos problemas aqui no Rio, vamos criar um novo problema em Macaé? Os pessimistas pensam assim, e os otimistas não. Nós temos que estender os conhecimentos gerados pela UFRJ a outras partes do estado do Rio de Janeiro. E foi nessa lógica que eu consegui conquistar um grande número de pessoas, e aí criamos o Curso de Biologia aqui. O Curso começou a prosperar a tal ponto que quando foi feita a primeira avaliação do MEC, quatro anos depois, o nosso Curso recebeu um conceito maior do que o Curso da sede, no Rio. Foi ótimo, porque se fosse o contrário os pessimistas iam dizer: estão vendo, eu falei, olha aí a ideia do "Chico" Esteves!

A infraestrutura do NUPEM, o engajamento do NUPEM com a sociedade, a experiência do Curso de Graduação, isso motivou vários colegas, como o Diretor da Escola de Farmácia, o Diretor da Escola de Nutrição, Medicina, Química e Engenharia a criarem cursos aqui. Então o NUPEM foi o Núcleo que foi expandindo não só fisicamente, mas com ideias e princípios e ações de políticas internas e externas, que criamos o *Campus* da UFRJ em Macaé no ano de 2008. Tudo partiu das ações do NUPEM. O NUPEM, quando foi institucionalizado em 2006, tornou-se um membro, uma unidade acadêmica do Centro de Ciências da Saúde, ele passou a existir no organograma. Como tal, o seu Diretor pode ter assento nos Órgãos Colegiados e, através do Diretor, foi possível defender os interesses dos Cursos de Farmácia, Química, Nutrição, Enfermagem, Medicina e Engenharia que estavam se estabelecendo em Macaé. Então o NUPEM foi absolutamente âncora segura para termos o *Campus* da UFRJ em Macaé.

(...)

Nós temos em Macaé uma área que conhecemos como Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, que é a única área no território brasileiro com conservação ambiental e ecológica semelhante àquela que os portugueses encontraram quando chegaram aqui em 1500. O Brasil foi ocupado pelas restingas, bairros como Copacabana, Leblon e Ipanema foram construídos sobre as restingas, então o Brasil acabou com as restingas. Quando nós começamos em Macaé, nós começamos a ver que o Bairro Lagomar, que estava sendo criado, começava a ser invadido e aquele processo de invasão estava se expandindo por toda aquela área e ia emendar com Campos, não tenha dúvida. Nós começamos a pensar no NUPEM, que as pesquisas que fazíamos lá teriam que gerar conhecimento científico urgente, para fornecer subsídios para formularmos um projeto para transformar aquela região entre Macaé e Quissamã numa unidade de conservação. Ali não temos só restinga, nós temos brejo, o canal Campos-Macaé, 18 lagoas, um mosaico de ecossistemas e Mata Atlântica. Um ecossistema semelhante à caatinga brasileira, semelhante ao pantanal, semelhante ao Mar Morto com lagoas salgadas, nós temos vários, e nós tínhamos a preocupação e tínhamos que proteger aquilo de qualquer jeito, muito urgentemente. O Lagomar ia invadir tudo se não tivéssemos construído o Parque, tudo aquilo seria Lagomar. Se hoje o Lagomar é um problema social, nós teríamos um mega Lagomar. Um problema social sem precedentes em Macaé. Nós teríamos uma área ocupada com aquelas características sociais que nós conhecemos e que Macaé não daria conta, então, até nisso o Parque de Jurubatiba ajudou.

O NUPEM começou em 1996 a formular um projeto e nós tivemos enorme resistência para a formação da Unidade de Conservação que depois se transformou no Parque, dos prefeitos da época, eles foram a Brasília trabalhar contra, mas nós tínhamos no IBAMA contatos que foram muito importantes. Então conseguimos a criação de uma Unidade de Conservação, com a ajuda do IBAMA, que naquele momento político foi muito favorável. Então, o NUPEM formulou um projeto baseado em pesquisa científica que precisaria preservar a única restinga brasileira remanescente brasileira, e então foi criado, em 1998, o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba. Para isso nós tivemos um grande movimento social e nos sentimos fortes. Como tínhamos ministrado muitos cursos para os professores, cada professor estimulava os alunos a escreverem cartas para o Ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause. Dizem que o Ministro recebeu tanta carta pedindo para que criasse o Parque, que quando ele assinou o decreto de criação, só pediu que parassem de enviar cartas para ele. (Risos) O Parque foi fruto da iniciativa dos poucos pesquisadores do NUPEM, e hoje a Cidade tem um patrimônio e sinto muito que não se atentaram para isso. O Parque seria uma verdadeira fábrica de emprego e renda se o Município abraçasse essa causa. Lá tem espécies de aves como o sabiá da praia que só existe aqui, foi extinto em outras regiões do país, mas os macaenses nem sabem! Vem dezenas de pessoas para ver esses pássaros aqui, não são acolhidos. Muitos chegam ao Aeroporto do Galeão, pegam um UBER, visitam o Parque e vão embora. Gente da Nova Zelândia, EUA, e isso eu sei porque são cientistas e pesquisadores que sabem do NUPEM e me mandam e-mail querendo informações. A Secretaria deveria trabalhar diretamente com os Parques. O Município tinha que ver isso como uma fábrica de trabalho e renda. O Poder Público tem que abraçar essa causa, nunca pode ser uma causa particular. (Entrevista concedida pelo Prof. Dr. Francisco de Assis Esteves, Ex-Diretor e Professor do NUPEM/UFRJ, – no dia 01 de abril de 2019, em dependências do NUPEM/UFRJ– Transcrição: Fábio Falcão Spacca)

4.3. Movimento Correlato 3 - O Professor Dias e a construção do LENEP

Das memórias do ex-prefeito Sylvio Lopes, que religam o tempo presente aos sonhos do passado, a figura do Prof. Dr. Carlos Alberto Dias aparece com importância fundamental na implementação de um braço da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) em Macaé:

Olha, o Professor Carlos Alberto Dias é como o Professor Francisco. São aquelas pessoas persistentes. E você, para poder criar, é preciso ter conhecimento, o Brasil precisa muito de pessoas como o Prof. "Chico" Esteves e o Professor Dias. Por quê? Porque nós somos pouco criativos. Quantos milhões de automóveis nós fabricamos em nome dos outros? Não tem um carro brasileiro "fulano de tal". Quando eu vejo pessoas como o Professor Dias, sonhando em ter uma coisa nossa, dentro do que é nosso, para beneficiar as coisas nossas, com o entusiasmo que ele tinha... Lógico que ele chegava ao meu gabinete, conversava, dizia das necessidades e eu dentro das possibilidades contribuía. A Petrobras contribuiu com a maior parte, mas eu sempre contribuí com o que a Prefeitura pode. E eu tenho por ele essa grande admiração de tê-lo visto se empenhar, dele querer bem, dele querer fazer o melhor pelo lugar que ele estava trabalhando; o melhor para oferecer ferramentas do conhecimento para que quem pudesse desenvolver a indústria do petróleo... Ele é esse homem que nós devemos ter admiração e respeito. (Entrevista concedida pelo Ex-Prefeito de Macaé, Sr. Sylvio Lopes Teixeira – no dia 01 de abril de 2019, em sua residência no Bairro Imbetiba – Transcrição: Fábio Falcão Spacca)

A Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) começou a funcionar definitivamente em junho de 1993, quando aconteceu o seu primeiro vestibular. Fruto de uma longa campanha do município de Campos dos Goytacazes (RJ) para implantação de uma universidade em seu território, a UENF surgiu a partir da inserção de uma emenda popular na Constituição Estadual de 1989, a qual previa a criação de uma Instituição de Ensino Superior que beneficiasse diretamente a região Norte Fluminense. Tendo a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro autorizado o Executivo Estadual a criar uma Universidade, a UENF nasce de fato ao ter seu nome e estatuto aprovados pela Lei Estadual nº 16.357/1991. Mesmo ano em que foi eleito para Governador do Estado o Sr. Leonel Brizola, que trazendo em seu plano de governo uma grande reestruturação para a Rede de Educação do Estado do Rio de Janeiro, monumentalizada na arquitetura do Centros Integrados de Educação Pública (CIEP), também impactou positivamente nos novos rumos que a Universidade recém-criada iria tomar. A começar pela colocação do então Senador da República, Prof. Darcy Ribeiro, à sua frente, com o objetivo de conceber e implantar um novo modelo de universidade, adequada às necessidades regionais. O Professor Darcy Ribeiro cercou-se de grandes nomes do campo da educação e das ciências de modo geral para pensar o que chamou de "*a Universidade do Terceiro Milênio*", fruto da maturidade de sua experiência fora do Brasil, bem como por todo *Knowhow* adquirido na concepção da Universidade de Brasília (UnB)¹⁸.

Dessa maneira, a UENF foi criada com a perspectiva de atuação em estreita conexão com o setor produtivo, comungando desenvolvimento científico e tecnológico com a formação de recursos humanos capazes de gerarem condições que favorecessem a atração e a consolidação de novos empreendimentos no Norte Fluminense. E apesar de em seu projeto original existir a previsão de que a Universidade a ser criada também se fizesse por extensão presente em Itaocara, Itaperuna e Santo Antônio de Pádua, foi Macaé que acabou se beneficiando diretamente. Em suas diretrizes para o desenvolvimento da UENF, o próprio Darcy Ribeiro aponta o Município de Macaé como um caminho natural para a presença da Universidade, atraída, naturalmente, pelo setor de petróleo e gás, campo fértil para o desenvolvimento das ciências e tecnologias.

Dentro desse contexto, estrategicamente, foi implantado em Macaé, no ano de 1994, o Laboratório de Engenharia e Exploração de Petróleo (LENEP), o qual passaria a atuar não apenas em consonância com a Base Operacional da Petrobras, como também com todas as empresas nacionais e estrangeiras componentes da cadeia de exploração e produção de petróleo.

Tendo sido o Prof. Carlos Alberto Dias um dos grandes responsáveis pela implantação desse braço da Universidade do Norte Fluminense em Macaé, por ocasião da inauguração dos novos laboratórios da unidade em setembro do ano de 2013, disse em entrevista ao jornal O Debate:

Olha, isto aqui é uma realização muito grande. A gente ter conseguido montar esses laboratórios foi um terceiro grau de dificuldade para chegar nesse ponto. Mesmo para construir este prédio, que foi tão difícil, levamos dez anos e mais ainda para instalar esses laboratórios foram 20 anos. Veja quanta dificuldade. Podemos afirmar que temos hoje aqui um sistema de pesquisa de primeiro mundo na área de engenharia, geologia e geofísica de petróleo. Confesso, para mim é até difícil acreditar que isso tenha acontecido nesse nível. Passei momentos de apreensão, mas hoje estou em estado de graça. É preciso ver que uma nova realidade neste nosso país foi criada por uma nova mentalidade e com os investimentos que a Petrobras vem fazendo nas universidades com envolvimento nas pesquisas. E o que é importante dizer, com uma excelente supervisão, coisa que as agências dos governos não sabem ainda fazer. Dão o dinheiro, mas não cobram resultado¹⁹.

Inaugurado em 28 de abril de 2002, o LENEP nasceu da parceria firmada por um convênio tríplice, que envolveu o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Petrobras e a Prefeitura Municipal de Macaé, por meio do qual foi possível a construção ou junção de excelente estrutura física, com equipamentos de última geração e grandes cérebros capazes de fazerem do Laboratório uma verdadeira “fábrica de tecnologias” relacionadas à economia do petróleo²⁰.

5. UMA CIDADE UNIVERSITÁRIA PARA MACAÉ (SEGUNDO MOVIMENTO)

O REUNI foi fundamental! Nós tivemos em Macaé tanta felicidade que quando a UFRJ, através do Conselho Universitário, decidiu interiorizar-se, surgiu o REUNI. Se não fosse o Governo Lula, não teríamos isso. Nós criamos aqui condições únicas para construir a “Cidade do Conhecimento”. (Entrevista concedida pelo Prof. Dr. Francisco de Assis Esteves, Ex-Diretor e Professor do NUPEM/UFRJ, – no dia 01 de abril de 2019, em dependências do NUPEM/UFRJ– Transcrição: Fábio Falcão Spacca)

Em julho do ano de 2007, no Governo do Prefeito Riverton Mussi, foi inaugurada a primeira etapa da Cidade Universitária de Macaé. Polo materializador de um grande movimento de interiorização universitária que se daria no Município em concomitância com o restante do país. Processo não justificado apenas pelo interesse local, mas por uma política macro de investimento no Ensino Superior, denominada de Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), posta em prática pelo Governo Federal na gestão do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, entre os anos de 2003 e 2011. Nesse período, o país acompanhou a criação de 14 novas Universidades Federais; testemunhou a ampliação de programas de extensão universitária pelo interior de todo o país; implantou o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais); além de ter criado, em 2004, o PROUNI (Programa Universidade Para Todos), regulamentado pela Lei nº 11.096,

de 13 de janeiro de 2005, cujo principal objetivo foi promover o acesso de estudantes de baixa renda, oriundos de escolas públicas brasileiras, aos cursos oferecidos pelas Universidades Particulares do país. Políticas que traziam para a prática o sonho do Presidente de dobrar o número de estudantes no Ensino Superior entre o início de seu primeiro mandato no ano de 2003 e o encerramento do segundo em 01 de janeiro de 2012²¹.

Em relação ao REUNI, é preciso fazer alguns apontamentos mais específicos a esse Programa, já que ele pode ser entendido como o cerne do grande avanço (mais recente) do Ensino Superior Público Brasileiro, depois de um longo período de continuidades administrativas e falta de incentivos em governos anteriores.

O REUNI foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, como parte das estratégias do Governo Federal para retomada do crescimento do Ensino Superior Público, além do acesso e permanência dos estudantes universitários no mesmo. Nesse sentido, todas as Universidades Públicas que aderiram ao Programa receberam condições não apenas para a expansão física de suas unidades, como também possibilidades para a expansão acadêmica e pedagógica dinamizando a grande Rede Federal de Ensino Superior, contemplando, portanto, o significativo aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação dos cursos noturnos, a flexibilização dos currículos, a promoção de inovações pedagógicas e combate à evasão, além de outras metas visando ao combate às expressivas desigualdades sociais presentes no país. Todo esse quadro corroborou, mais uma vez, a metáfora do desenvolvimento inseparável da presença da Universidade Pública no Brasil ou, mais especificamente, do poder transformador da Educação de alta qualidade.

Portanto, em 2007 e anos seguintes, em um feliz encontro entre as atitudes materialmente estruturantes do Governo Municipal e o sonho do então Presidente da República de dobrar o número de estudantes no Ensino Superior no país surtiram um grande efeito. Esse período foi marcado especialmente pelas negociações e pela consequente chegada de inúmeros cursos da *Universidade Federal do Rio de Janeiro* (UFRJ) em Macaé, que passou a se beneficiar diretamente das políticas nacionais do Governo Federal, por meio da realização das metas do Plano Nacional de Educação. Nesse cenário é que a gestão municipal inaugurou um espaço específico para a instalação desses cursos superiores - a *Cidade Universitária* -, inclusive, ainda, com dúvidas se a ocupação deveria ser feita apenas por cursos superiores públicos ou mesclados com cursos de Universidades Privadas (dúvida logo sanada em favorecimento às Universidades Públicas). Assim, Macaé inseriu-se definitivamente no mapa-circuito do Ensino Superior Público e de Qualidade do país. E se auto estabelecia, a partir de sua própria trajetória histórica, de forma gradativa, como uma Cidade Universitária. Expressão não apenas denominadora do espaço construído pela Prefeitura e reservado às Universidades, mas definidora da sede de um município do interior do estado do Rio de Janeiro, que sonhara desde muito antes, consolidar-se como polo de Ensino Superior Público, fato que foi se tornando realidade.

Se pelo entendimento mais simples dos fatos a instalação de uma Universidade Pública em uma região por si só já é um elemento inovador e indutor de desenvolvimento, por outro lado, a experiência de Macaé inovava-se antes mesmo da sua prática ao propor o compartilhamento de seus *campus* por três instituições de ensino superior diferentes, quais sejam a UFRJ, a UFF e a FeMASS, que por aqui já existiam em uma relação bem mais direta com o Município.

Se em termos de discurso, ou, como dizemos, filosóficos, acreditava-se que essa experiência poderia ser altamente enriquecedora para todas as instituições; em termos práticos e de experimentação, ela se estabeleceu em variadas fases, marcadas pela concorrência mútua, disputas especialmente de espaços e por um processo de convivência e apaziguamento gradativo, assentado pela passagem do tempo e pelo processo de

amadurecimento peculiar a cada estrutura organizacional.²²

Notadamente, estamos falando da convivência diversa de seres humanos, em perspectivas políticas sociais, do convívio, às partidárias, nas dimensões institucionais, departamentais universitárias e mesmo municipais. Quando, em relação a essas últimas, estar presente em Macaé, através das Universidades era considerado por muitos apenas um trampolim de entrada no concurso público e impulso para retorno ao "centro das atividades pensantes", qual seja a cidade do Rio de Janeiro sede da UFRJ e agregadora por extensão também da UFF em Niterói.

Historicamente a Cidade do Rio de Janeiro conservou para si uma enorme concentração de Universidades Públicas em detrimento do interior do seu Estado como um todo. No entanto, se novos modelos de impulsionamento de desenvolvimentos regionais prescindiam da presença forte das Universidades no interior, tradicionalmente, a presença do velho modelo mantinha-se atuante, não apenas cooptando para o grande centro inteligências formidáveis, como também em inúmeros debates internos nas Universidades, contradizendo as boas expectativas em relação aos processos de interiorização. Não sendo à toa que não houvesse obrigatoriamente um compasso entre os cursos interiorizados, seja da UFF em sua vinda mais antiga, ou mesmo da UFRJ, em uma perspectiva institucionalmente mais favorável.

Talvez, apesar de todos os interesses individuais em perspectivas acadêmicas ou políticas, a grande marca desse processo como um todo tenha sido o desejo de fazer de Macaé uma "Cidade do Conhecimento". Projetada, então, inúmeras vezes pela então Vice-prefeita e Secretária de Educação do Município, Marilena Garcia, através do *slogan "Cidade do Conhecimento, da Inteligência e do Saber"*, ia se construindo em âmbito imaterial e de vasta penetração popular, com a consciência da importância da Universidade Pública para o desenvolvimento local e o desejo de que a presença da Universidade facilitasse a vida dos estudantes macaenses, que não necessitariam mais deixar Macaé para buscarem suas formações em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro ou outras cidades referências no ensino de terceiro grau.

No tempo do fazer e direcionar percursos, a então Secretária de Educação, em um processo de valorização da gestão democrática e do diálogo interinstitucional, realizou, em setembro de 2012, um importante seminário no Auditório Cláudio Ulpiano da Cidade Universitária, reunindo Reitores das Universidades aqui presentes ou representantes legítimos dos mesmos. Abria-se o espaço para o fortalecimento das parcerias e as discussões no entorno de quais seriam os projetos de cada Instituição ali representada para o Município de Macaé, de modo que o processo de crescimento do Ensino Superior se desse sob alguma coordenação e o imprescindível diálogo e colaboração acadêmicos.

Em entrevista sobre esse encontro, a Profa. Marilena Garcia reiterou algumas de suas ações e ideias:

Ao assumir a Secretaria Municipal de Educação, acumulando com o mandato de Vice-Prefeita, realizamos a reforma administrativa municipal (outubro/dezembro de 2008), criando o modelo Educação Integrada, formado pela Educação Fundamental (de obrigatoriedade constitucional), o CETEP - Centro Educacional, Tecnológico e Profissional e a FUNEMAC. A partir daí, iniciamos o processo de Democratização da Educação, administrado pelo Colegiado Integrado, restabelecendo a interlocução com as Universidades, criando o Colegiado de Diretores das Escolas do Ensino Fundamental, Eleição para Diretores das Escolas, criação do Colégio de Aplicação e muitas outras ações e políticas que fortaleceram a rede de apoio à Educação no Município. A construção da Cidade Universitária (ainda em processo), inaugurada em julho de 2007, construída e mantida pelo Município, foi o grande legado e um complexo e prazeroso desafio, no sentido de ampliar oportunidades e democratizar cada vez mais o conhecimento. Uma iniciativa única no

Estado e que reforçou o perfil inovador de nossa Cidade.

No final do ano de 2012, finalizando nosso mandato, realizamos o seminário - *Macaé: Cidade do Conhecimento, Inteligência e Saber*. Com a participação de representantes da Prefeitura de Macaé, UFRJ, UFF, IFF, UENF/Lenep e FeMASS, no auditório da Cidade Universitária. A programação teve apresentação dos Projetos pelas Instituições de Ensino Superior, palestras de representantes da FeMASS, do LENEP e da UFRJ.

O seminário teve como objetivo discutir qual o projeto que as Universidades Públicas propõem para Macaé a fim de criar um espaço para que coletivamente se construam rumos e perspectivas para o Município e região quanto ao Ensino Público e a construção de Macaé como Cidade do Conhecimento, Inteligência e Saber.

Ao final, as Universidades assinaram uma carta de intenção, na qual reforçavam o compromisso com o Município e com as propostas apresentadas: implantação de novos cursos de graduação, expansão de suas unidades no Município e parcerias com o Executivo Municipal foram destacadas e assumidas em todas as apresentações. (Entrevista virtual concedida pela ex-Vereadora, ex-Prefeita e ex-Secretária de Educação de Macaé. Profa. Marilena Garcia – no dia 25 de abril de 2019– Transcrição: Meynardo Rocha de Carvalho)

Devido à sua presença constante na época da implantação do *Campus*, o Prof. Aloísio Teixeira²³, Magnífico Reitor da UFRJ à época, depois de se convencer de que era possível criar no interior uma Universidade diferente do velho modelo existente no centro, em interlocução com o Prof. Francisco Esteves e outros que o acompanharam, deixou registradas suas opiniões, conforme relato do "Chico":

Na realidade o Aloísio (Reitor da UFRJ) não queria. Ele não queria, só que quando ele conheceu o NUPEM e ouvia os comentários, ele, como bom comunista, viu que poderia se construir uma "Utopia". Uma nova UFRJ, um novo modelo de UFRJ, esse modelo que chamou de utopia, com excelência acadêmica e uma forte penetração social do conhecimento. Aí ele se motivou, ele ficou encantado com a ideia, e o NUPEM seria o início que iria se expandir pra outras unidades. O que aconteceu foi que ele ficou muito entusiasmado e vestiu a camisa da história. Acontece que o projeto chamado "Utopia", ele desandou, não foi pra frente. Aquela UFRJ que imaginávamos não existe mais. É uma repetição e nós temos problemas dentro da UFRJ de Macaé gravíssimos. Não houve ainda uma plena consolidação, isso demora anos e precisa de maior envolvimento do corpo docente, desenvolver pesquisas de interesse local, com perguntas científicas bastantes concretas, que gerem publicações de auto impacto e que sejam de interesse da sociedade macaense. A fixação do docente aqui ainda é um problema, foi uma luta do Aloísio e nossa pra termos docentes aqui com dedicação exclusiva de 40h, para construir um ambiente acadêmico. E a Universidade aqui não está sendo do jeito que queríamos. Aquele modelo que queríamos, aquela "Utopia", não se realizou. Há muito ainda para ser construído! (Entrevista concedida pelo Prof. Dr. Francisco de Assis Esteves, Ex-Diretor e Professor do NUPEM/UFRJ, – no dia 01 de abril de 2019, em dependências do NUPEM/UFRJ– Transcrição: Fábio Falcão Spacca)

Considerando as perspectivas que em certos momentos da história entrelaçam homens e instituições através de suas trajetórias, a considerar a visão política de gestão e as perspectivas institucionais que se desenrolam, importa ouvir a experiência do Prof. Joelson Rodrigues, que esteve à frente da FUNEMAC no momento em que ela passava ocupar os prédios que davam início ao projeto físico da Cidade Universitária. Muito embora em sua visão o processo em si transcendesse muito as perspectivas daquele momento, apontando para grandes desafios de se construir uma Nova Macaé, balizados pela confiança no poder transformador da Universidade Pública.

Eu assumi a Presidência da Fundação Educacional de Macaé (FUNEMAC) em julho de 2007. Eu havia, por um movimento pessoal, terminado um doutorado, tinha feito também mestrado, e não tinha uma ideia certa do que faria com isso! Eu era médico, como sou, e em Macaé não existia nenhuma perspectiva de ter cursos dessa área por aqui. Mas fiz o doutorado muito por um desejo pessoal.

Quando foi pensada a ideia da Cidade Universitária, que eu assumi exatamente no dia da inauguração (a FUNEMAC funcionava no Centro da Cidade), esse dia da inauguração, na verdade, era um marco de um movimento que já vinha ocorrendo. Esse projeto foi pensado muito no desejo de que Macaé tivesse uma Universidade, mas na verdade existia uma série de tratativas com Instituições Privadas de Ensino Superior. E, na ocasião, quando nós assumimos e assumimos por uma delegação do PT, a gente teve o entendimento que era preciso avançar nesse projeto e termos a Universidade aqui, mas que era importante avançar no projeto de termos uma Universidade Pública. Por todos os reflexos que a Universidade Pública acaba trazendo. Então, a primeira inflexão foi estabelecer o espaço da Universidade como espaço público, no projeto inicial a ideia não era essa. A ideia era que poderíamos ter várias Universidades diferentes, inclusive a própria Universidade Municipal, que embora municipal era paga, e nós fizemos todo um esforço para que ela pudesse ser efetivamente gratuita porque fazia jus a esse projeto. Já que estávamos tentando nos abrir pra Instituições Públicas, então acho que esse foi o primeiro ponto e o restante foi surgindo pelo próprio fluxo da história. Uma série de contingências que levaram ao surgimento de um programa de expansão das universidades federais, permitiu que os projetos impossíveis se tornassem possíveis e isso tudo alavancou muito. Então a história é feita com uma sucessão de contingências e as coisas de repente acontecem. Então foi um desejo do Município, desejo de um grupo, surge o REUNI, já existiam tratativas avançadas com a URFJ porque já tinham instalado o Curso de Biologia em Macaé. Já havia a tratativa para trazer o Curso de Medicina, só que ninguém ainda sabia como tudo isso iria se concretizar.

No início tudo era um sonho. Na realidade, quando nós entramos, o Prefeito já havia feito tratativas com a UFRJ de trazer os Cursos de Medicina e Química. Havia também a tratativa de trazer os Cursos de Farmácia, Enfermagem e Nutrição, só que isso tudo eram tratativas ainda incipientes. Com o Curso de Química estavam um pouco mais avançadas, mas eram tratativas iniciais. Era preciso construir isso efetivamente, e isso se deu em decorrência de muitas reuniões, idas e vindas ao Rio, conversas com o Reitor. Na época o Reitor era o Prof. Aloisio Teixeira, que hoje dá nome ao *campus* aqui, porque ele foi um grande incentivador desse processo. Então foram muitos encontros e tratativas para que isso tudo pudesse ocorrer. Porque as coisas, às vezes, não acontecem na mesma velocidade e tempo, apesar da Prefeitura ter apoiado muito, houve um *delay* muito grande nas entregas, sobretudo nas questões de natureza física, como os prédios. Nos projetos iniciais a UFRJ traria o *software* do processo: os técnicos, professores; e a Prefeitura se responsabilizaria pelo *hardware*, que seria a parte física. Mas isso não aconteceu na velocidade e tempo que se esperava. Então isso gerou uma série de contratempos, ansiedades, preocupações e tentativa de encontrar um plano B. Esse processo inicial foi extremamente tenso para as pessoas envolvidas, porque à medida que você abre os processos de seleção, os alunos vão entrando e gerando demandas e solicitando respostas, e você acaba tendo que, muitas vezes, “trocar o pneu do carro com o carro andando”, e isso aconteceu muitas vezes.

Na verdade, o Prefeito tinha um desejo muito grande que isso tudo pudesse acontecer e ele enfrentou uma oposição muito grande dos que achavam que ele não deveria investir em Ensino Superior, pelo entendimento de não ser atribuição legal do Município. E muitas vezes, tivemos que lutar contra essa ideia, pelo entendimento do Ensino Superior não ser atribuição municipal. Mas quando você pensa em trazer a Universidade, você não está trazendo apenas uma escola de terceiro grau. Você está trazendo desenvolvimento ao Município, trazendo projetos, ideias, conhecimento, futuras empresas, revitalização da estrutura econômica local. Não é só uma escola de terceiro grau, é desenvolvimento. E desenvolvimento é atribuição do Município! Macaé hoje é um Polo Universitário. E o simples fato de ser um Polo Universitário e a gente ter alguns milhares de alunos por aqui, mobiliza o sistema econômico. Esse único fato já justificaria a vinda da Universidade, então havia todo o sentido que era necessário.

Os gestores de Macaé, por algumas questões, tiveram contato com a cidade escocesa de *Aberdeen*, e umas das grandes chamadas a partir desses encontros era a necessidade de não se ficar paralisado na cultura exploratória do petróleo. Mas que pudéssemos caminhar para a produção de conhecimento na área de

petróleo, e isso gerou a ideia de que era preciso ter espaço para Universidade aqui. Tanto que o Prefeito Sylvio Lopes pensou isso tudo, mas pensou da maneira como as pessoas conseguiam pensar na época. Só que na cabeça do Prefeito, a Universidade era uma grande escola, no entanto, o processo é muito mais que isso. Construir, por exemplo, um Curso de Medicina é muito mais que uma escola. Havia todo um nível de complexidade, inclusive pelos tipos de cursos que vieram pra Macaé. Por outro lado, por esses cursos serem mais complexos para se instalarem, criam um enraizamento maior. Mas isso gerou muita dificuldade. Na época houve um grande apoio da Prefeitura através da FUNEMAC. A FUNEMAC tinha uma autonomia muito grande por ser uma Fundação. O seu gestor podia, dentro dos recursos, utilizá-los com bastante liberdade, e isso facilitou muito o processo que acabou permitindo que entrássemos num processo burocrático muito maior, então nesse sentido a Fundação foi criada pra isso para agilizar esses processos, e ela cumpriu sua função. Eu acho também que o Prefeito ajudou muito, e naquele momento se tivéssemos ousado um pouco mais completando a Cidade Universitária, talvez hoje tivéssemos muito mais avanços. Aquela conjunção que havia naquele momento foi muito específica, porque no momento que ocorreu o REUNI o Governo Federal abriu a possibilidade de que fossem levados a ele projetos de interiorização. Você imagina, o Governo Federal queria expandir o Ensino Superior e não havia os projetos, os que haviam eram limitados. E naquele momento quantos cursos nós quiséssemos abrir, teríamos aberto. Mas essa contingência não se repetirá, foi muito particular.

O Prof. Aloísio, Reitor da UFRJ na época, tinha o entendimento que os cursos trazidos foram os de maior complexidade, mas isso não foi algo à toa, não foi algo sem propósito. O Professor tinha o entendimento, que apesar de termos todo o questionamento em relação às estruturas tradicionais e formais de conhecimento no Brasil, era preciso reconhecer que "universidade brasileira", desde o seu início, teve como três grandes pilares os Cursos de Medicina, Engenharia e Direito. Esses cursos foram os primeiros cursos que surgiram com a vinda de D. João VI para o Brasil, e eles tradicionalmente acabam sendo cursos basilares na construção da "universidade brasileira". Então, se quiséssemos construir um espaço universitário de alguma maneira, mesmo que obviamente com algumas variações, era interessante que pudéssemos abrigar cursos dessa natureza, e que não precisariam ser só da UFRJ. É muito interessante e ousado a gente conseguir ter um espaço com convergência de ações de duas Universidades Federais (UFF e UFRJ) e a estrutura do Município (FUNEMAC e FeMASS). E a UFRJ já tinha um projeto de trazer as Engenharias, como acabou trazendo e o próprio Curso de Medicina. À UFF coube trazer o Curso de Direito, que já era um curso que existia em Macaé através do Convênio entre a Universidade e o Estado através da FENORTE. Mas esse Convênio havia se encerrado e não haveria mais vestibular, como já não havia há algum tempo. Então, inicialmente procuramos a FENORTE, já que a FUNEMAC tinha um papel de intermediadora. Procuramos a FENORTE para sondar o desejo deles retomarem o Convênio, mas a FENORTE não tinha esse interesse. Então nós procuramos a UFF, de maneira que pudéssemos estudar a possibilidade de ampliar o Convênio que tínhamos com ela para trazer o Curso de Direito, exatamente baseados no entendimento que eu falei anteriormente. E assim fizemos e acabamos por conseguir retomar os vestibulares e o Curso de Direito foi retomado em Macaé. Hoje o curso está aí, o Curso conseguiu se consolidar, inclusive com professores contratados para o Município. É um Curso importante, mas de mais fácil implantação do que o Curso de Medicina. O Curso de Medicina passa por outras questões, a primeira dificuldade que tivemos foi na área básica, dificuldade com laboratórios. E depois quando chegamos na área mais clínica, porque precisávamos de uma mão de obra que não tínhamos, isso acabou levando o Curso a uma grande crise, e em 2012, o Curso ficou um semestre sem ter ingresso de alunos. Mas depois disso conseguimos melhorar a situação e atender melhor as carências. A FUNEMAC foi muito importante para que essas soluções viessem a acontecer, ajudou com pagamento de bolsas para alguns professores extras, trazendo professores do Rio, um movimento bastante importante pra que o Curso de Medicina não acabasse em Macaé. O que seria muito ruim. Felizmente isso não aconteceu. (Entrevista concedida pelo Ex-Presidente da FUNEMAC e atual Coordenador do Curso de Medicina da UFRJ/Macaé, Prof. Dr. Joelson Tavares Rodrigues – no dia 16 de abril de 2019, em dependências da UFRJ/Macaé – Cidade Universitária – Transcrição: Fábio Falcão Spacca)

6. MACAÉ NOS DIAS ATUAIS: ENSINO SUPERIOR PÚBLICO, REALIDADES E ESPERANÇAS (TERCEIRO MOVIMENTO, EM PROCESSO)

Na entrada de Macaé vemos a placa que a Cidade é a Capital do Petróleo, o Município vai continuar sendo a Capital do Petróleo, mas também será a Cidade da Educação, do Conhecimento.²⁴ (Pronunciamento do Magnífico Reitor da UFRJ, Prof. Aloísio Teixeira, por ocasião de inauguração dos Laboratórios de Química e Física da UFRJ em maio de 2010)

A segunda metade do ano de 2018 e início de 2019 marcaram uma espécie de retomada do município de Macaé, no que se refere aos processos de empregabilidade, retorno a certo tipo de equilíbrio social, bem como o resgate da esperança no futuro, próprio do que se compreendeu como normalidade local. Embora essa condição de normalidade possa ser questionada, afinal de contas, o que seria considerado normal em uma sociedade tão contraditória?. Essa percepção coletiva é fruto do assentamento social após dolorosos anos de crise econômica, especialmente representada pelo desemprego no entorno da economia do petróleo, motor do Município.

Os fortes impactos da crise já sentidos a partir do ano de 2014 desconstruíram, para além de muitas estruturas materiais, sonhos e expectativas de permanências na Cidade, até então permeados pela pujança econômica local e pela vivência ou expectativa da qualidade de vida adquirível pelas altas remunerações fornecidas pela cadeia de petróleo e gás.

Portanto, se a baixa gerada pela crise, pelo menos nos dois primeiros anos (2015 e 2016) colapsou as estruturas econômicas reverberando materialmente e psicologicamente nos indivíduos, a ausência momentânea do "surto dialógico e monocromático" no tropismo em níveis primário, secundário e terciário pela economia do petróleo descortinou novos horizontes presentes, porém mimetizados até então à euforia local. Dessa nova reconfiguração perceptiva, surgiram no Município, por exemplo, revisitados ou por inovação, perspectivas em torno do potencial turístico, dos novos modelos de negócios, dos festivais de rua populares, bem como pela apreensão da forte presença da Universidade, estabelecida "silenciosamente" ao longo dos anos.

Naturalmente, não podemos desvincular a pujança da economia do petróleo da base de construção de alguns desses empreendimentos. Especialmente quando se trata da justificativa do processo de interiorização institucional da Universidade Pública em Macaé. Em termos técnicos, a cadeia de produção de óleo e gás demandava continuamente mão de obra qualificada não formada na região; as fartas arrecadações municipais advindas, tanto de *royalties*, como de impostos tradicionais, permitiram ousados investimentos como os que ocorreram em Macaé. Exemplificados não apenas pela busca e agasalhamento contínuo desses processos de interiorização do Ensino Superior Público, como também da abertura de uma Faculdade Municipal própria.

Por outro lado, uma percepção muito interessante em relação à Universidade Pública local foi a de que enquanto o "mundo do petróleo" se diluía em demissões, fechamento de empresas e descontrações, como se um forte furacão desmobilizasse rapidamente as estruturas pela raiz, a Universidade, mesmo sofrendo direta ou indiretamente os impactos desse "mal tempo", permanecia enraizando-se e atuante socialmente. Seja diretamente para aqueles que a compõem como corpo docente, discente ou funcionários técnicos administrativos, como também indiretamente, pela extensão de seus projetos e pelos beneficiados pela imensa presença de pessoas que buscaram o Município de Macaé como referência de Ensino Superior Público, gratuito e de qualidade, corroborando, portanto, em tempos de crise, o movimento da economia municipal, a manutenção

de contratos de aluguéis e a oxigenação de modo geral da Cidade em processo de transição. Ou em processo de mesclagem de vocações, que talvez seja a expressão mais adequada para Macaé no momento.

No entanto, embora toda a representatividade e impactos positivos que a presença dessas Instituições de Ensino Superior Público já geram para Macaé, do ponto das perspectivas processuais internas e de desenvolvimento verídico capaz de impactar a partir de grandes transformações e produção científica de ponta, será que já temos a Universidade, ou as Universidades que desejamos para o Município? E da parte do Município, imaginamos qual a necessidade de reposicionamento? Também nesse ponto, a partir da sua experiência, o Prof. Francisco Esteves faz alguns apontamentos:

Nós temos em Macaé várias possibilidades de gerar conhecimento que gerem tecnologias em diferentes áreas. Mas, mais uma vez o Poder Público tem que estar junto, porque todo mundo fala do Vale do Silício (na Califórnia), mas o Vale do Silício quando criou as primeiras indústrias e empresas, como *Microsoft*, *Google* e tantas outras a partir da Universidade *Stanford*, quem comprou os produtos inicialmente foram os Municípios da região. Veja o nosso caso aqui, o NUPEM, todo mundo sabe que NUPEM é um centro de excelência em ecologia aquática e educação ambiental, pelas publicações atravessou as fronteiras do Município, Estado, Brasil e mundo. Para cumprir a legislação brasileira, a Petrobras contrata centenas de empresas para fazerem a educação ambiental nas plataformas e nunca contrataram o NUPEM. Hoje nós temos aqui mais de mil pessoas trabalhando na Petrobras na educação ambiental, sabe quantos alunos formados no NUPEM tem trabalhando nessas empresas? Nenhum!

(...)

A "Utopia" pessoal que eu tenho é que a gente consiga preservar o ambiente que ainda temos, e uma outra "Utopia" é recuperar o Rio Macaé. Sem o Rio Macaé não tem vida. Se acabássemos com o Rio, Macaé não existiria mais, toda água para as plataformas, toda água que se toma banho hoje vem do Rio Macaé. Tudo é o Rio Macaé e nós estamos destruindo o Rio. Vai acabar primeiro a água do que o petróleo. Vai acabar não só pela qualidade que está tão ruim, e vamos ter que investir tanto pra tornar ela potável que o preço da água vai subir muito. Vamos ser reféns da água mineral.

Se nós fizermos os ajustes necessários, a Universidade Pública em Macaé será certamente o principal pilar pra construir o futuro do Município. E eu falo isso não por ser otimista, mas porque isso aconteceu no mundo inteiro, não vai ser diferente aqui. Não é uma Universidade Particular que vai fazer a diferença, ela é uma empresa, ela vai onde tem cliente. A Universidade Pública tem outra missão, ela vai promover conhecimento científico e o desenvolvimento onde ela está. Então, não tenha dúvida que Macaé está perdendo tempo, nós temos a UFF, um pedaço da UERJ, FeMASS, tínhamos que construir uma parceira, um mosaico, com uma política pública. Como esse projeto *Start Up Macaé*, com o professor Carlos Eduardo Lopes da Silva, o município tem que comprar os produtos para incentivar. Em São Carlos, na década de 1970, um professor inventou códigos de barra e a Prefeitura introduziu códigos de barras em alguns setores pra testar, e aí alavancou. Hoje o Brasil não vive sem código de barras. Se o Município não for o primeiro cliente, não vai à frente! Empresário não quer investir no que é dúvida e o novo assusta e demora, mas quando o novo é comprado pelo Município e está funcionando, todos vão querer também.

Sem o Poder Público não conseguimos fazer nada. A Universidade precisa se adequar, renovar, mas tem que ser em parceria com o Município. A Câmara Municipal de Macaé, por exemplo, tem que ser mais qualificada, mais atendida. Os debates que eu vejo pela internet são muito diminutos, com discussões pessoais, muito aquém da grandeza do que está acontecendo por aqui. Isso precisa mudar!

O NUPEM é a cereja do bolo da UFRJ, é o modelo não só pra UFRJ, mas para o Brasil. Eu já fui pelo Brasil afora dar palestras sobre o NUPEM. Minas, Espírito Santo, Ceará, é uma unidade onde convivem filósofos, médicos, enfermeiros, biólogos, botânicos, antropólogos, vários saberes para estudarem Macaé, uma Cidade que está totalmente impactada. Macaé está em profunda transformação. Nós vamos ter agora a Feira Brasil *Offshore*, que o macaense valoriza muito, e ela não deixa nenhum benefício a médio ou longo

prazo no Município. Ao término, você vai ver a quantidade de lixo químico que as empresas deixam e os macaenses que se virem com esses lixos. Então estamos em profunda transformação. O NUPEM, com seu corpo docente com 58 professores e cientistas, estão todos focados na questão da economia do petróleo, como pano de fundo. E, com isso, o NUPEM, para fazer essa abordagem, precisa de parceria, e nós temos parcerias com a Noruega, com os EUA, com a Alemanha, com a Espanha. Com a Noruega, é importante destacar, a gente não consegue financiamento para pesquisas com *royalties* de Macaé, mas os *royalties* da Noruega financiam pesquisas em Macaé. Nós temos um convênio de 3 milhões de euros, por 4 anos. Em julho agora (2019) vem 15 professores da Noruega para o NUPEM.

O NUPEM conseguiu montar um modo de pensar e de agir diferente, no qual é possível várias áreas do conhecimento trabalharem integradas, e trabalhar em prol de uma pergunta clássica de Macaé: qual o efeito da economia do petróleo sobre a sua área do conhecimento? (Entrevista concedida pelo Prof. Dr. Francisco de Assis Esteves, Ex-Diretor e Professor do NUPEM/UFRJ, – no dia 01 de abril de 2019, em dependências do NUPEM/UFRJ– Transcrição: Fábio Falcão Spacca)

Atualmente, os números gerais e diretos das Instituições de Ensino Superior Público presentes no município de Macaé são:

Tabela 01 – Números gerais das IES Públicas no Município de Macaé – Abril/ 2019

UNIVERSIDADE	UFF	FeMASS	LENEP/LAMET**/UENF	IFF	UFRJ	TOTAL POR CATEGORIA
NÚMEROS DE ALUNOS	1.258	1.243	219	315*	3.000	6.035
NÚMEROS DE PROFESSORES	45	64	18	111	350	588
NÚMEROS DE FUNCIONÁRIOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS	22	13	12	69	150	266
TOTAL POR UNIVERSIDADES	1.325	1.320	249	495	3.500	6.889

Fonte: consulta direta às IES

*Número referente apenas aos alunos de graduações e pós-graduação. O IFF tem um número muito maior de alunos considerando o ensino médio e técnico.
 **Laboratório de Meteorologia

Em fase processual e gradativa de consolidação como referência de cidade universitária, em dialogismo com várias gestões municipais, a Universidade Pública vem sendo apoiada por um importante Programa de Concessão de Bolsas Acadêmicas, apesar de algumas descontinuidades. Originalmente vinculada à extinta FUNEMAC, atualmente esse vínculo ocorre junto à Secretaria Municipal Adjunta de Ensino Superior. Bolsas que possuem o objetivo de apoiar os projetos de pós-graduação, iniciação científica, projetos de extensão e monitoria universitária, fortalecendo, assim, o apoio recebido pelas Universidades de programas federais, no sentido de fomento e cooperação acadêmica.

O Programa de Residência Médica, teve início no ano de 2014, a partir de parceria entre o Ministério da Saúde e o Município de Macaé, inserindo a cidade no circuito nacional de interesses da área de formação em saúde²⁶. O Programa que iniciou oferecendo especialização apenas nas modalidades de Clínica Médica (06 vagas) e Pediatria (05 vagas), ofereceu, na última seleção, com início das atividades em março de 2019, as seguintes modalidades: Clínica Médica (08 vagas), Pediatria (05 vagas), Pré-requisito em área cirúrgica básica (03 vagas), Cirurgia Vascular (01 vaga), Medicina da Família e Comunidade (04 vagas), Ginecologia e Obstetrícia (02 vagas) e Cirurgia Geral (02 vagas)²⁷.

Finalmente, importa destacar o Projeto Municipal de Moradia Estudantil Temporária, desenvolvido pela Secretaria Municipal Adjunta de Ensino Superior, que lançou o primeiro edital piloto em junho do ano de 2018, consolidando, portanto, o oferecimento de moradia a estudantes das Instituições de Ensino Superior Público e presenciais sediadas em Macaé. Com o objetivo precípuo de atender aos estudantes *“em comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica, maiores de idade, oriundos de cidades distantes de Macaé, bem como contribuir para a permanência dos estudantes nas Universidades, promovendo um ambiente de convivência e estudo.”*¹²⁸

Portanto, a partir da Universidade e dos processos no seu entorno, podemos auferir o surgimento de uma enorme cota social atraída por ela, despida das características provenientes da trajetória recente de Município petrolífero. Logo, disposta pela própria dinâmica da vida urbana (motorizada pelo Ensino Superior Público local) a construir novos modelos de comportamentos, condizentes em identidade não mais com a unânime *Capital Nacional do Petróleo*, mas com uma possível *Cidade do Conhecimento*.

Pela experiência direta em relação ao que chamamos nesse texto de *Segundo Movimento*, o Prof. Joelson Rodrigues fez interessantes considerações sobre o que seria o *Terceiro Movimento*. Embora suas considerações passem por uma perspectiva de continuidades, na visão dele ainda permanecemos em alguma etapa do que seria a segunda fase. O que, talvez, nos chame a atenção especificamente entre o descompasso do tempo cronológico x ação política, convocando-nos à reflexão sobre a presença da Universidade no Município e as perspectivas de qual futuro Macaé precisa.

Uma das preocupações que tivemos desde o início e até um dos grandes desafios, era de que a Universidade pudesse impactar no processo de desenvolvimento da Cidade; de que a Universidade não fosse um “disco voador”. Afinal existe um pensamento em relação à Universidade de que ela é promotora de desenvolvimento, e se ela não fosse capaz de produzir isso, não teria sentido sua presença. Macaé acaba sendo um laboratório dessa tese, a tese de que a Universidade é capaz de produzir desenvolvimento, acho que isso tem sido feito de várias formas, não somente através da formação que é muito importante. Eu acho que isso é feito através de uma série de extensões que a Universidade tem que acabam impactando o seu entorno. E mais especificamente na área que atuo, atualmente eu sou Coordenador no Curso de Medicina, eu acho que a Universidade tem contribuído muito pra que a gente possa ter uma medicina de mais excelência em Macaé, e acho que contribuirá muito mais no decorrer do tempo. Macaé, por exemplo, não tinha Residência em Medicina, que é muito importante, porque a Residência é um espaço de especialização em alguma área médica. Significa que você tem que ter espaço de qualidade porque se não eles não seriam espaços de formação. Agora é obvio que Macaé é um Município com todas essas questões e esse processo não é tranquilo, não é sem resistências, é tudo com muitos embates e muitas vezes você acaba contrariando alguns interesses, se confrontando com algumas culturas. Tudo tencionado, não é “céu de brigadeiro”, é um exercício constante para que se construa o novo. Inclusive na área de saúde que não é fácil, mas eu acho que a Universidade tem conseguido na medida das suas capacidades, como eu disse, perfeito não é.

Eu acho que o terceiro momento é um momento mais decisivo, porque o primeiro momento foi o momento de se abrir as portas e criar as condições mínimas de se gerar uma ponte, o segundo momento que foi a inauguração da Cidade Universitária, ele não está concluído. Na verdade, não inauguramos a Cidade Universitária, inauguramos dois prédios que era o início de um grande projeto, que ainda não se concluiu. Depois foram construídos mais dois prédios e agora o terceiro. E a gente fala de prédio parecendo que o prédio não tem importância, mas tem grande importância. São lugares para os professores desenvolverem pesquisas, lugares para darem aulas. Quando a gente chegou aqui não tínhamos nem ônibus, era uma dificuldade, então a Cidade Universitária era aquele lugar longe, distante. Mas o terceiro momento é o de

maior desafio: a Universidade é baseada no tripé, ensino, pesquisa e extensão, e o terceiro momento precisa ser o de desenvolvermos realmente ciência e conhecimento, senão seremos escolões, seremos reprodutores de conhecimento que teriam impactos limitados. O terceiro momento é, realmente, o de construir a Universidade, esse momento é o mais decisivo, é esse momento que pode impactar de maneira mais decisiva o Município; impactar o sistema econômico com novas tecnologias, colaborações com novas empresas, o arranjo social. Então eu penso que a dificuldade desse terceiro momento é que, primeiro ele não é tão claro. Acho que consolidar essa consciência, essa produção de conhecimentos, isso sim seria o terceiro passo, que envolve um conjunto de medidas. Você veja que nós construímos aqui, só nesse Governo atual, três prédios de salas de aulas, mas não temos um prédio de laboratório de pesquisa. Isso é sintomático! Estou falando só disso, fora todas as outras políticas de incentivo que precisavam acontecer, inclusive para que Macaé seja um lugar atrativo para pesquisadores de maior impacto e qualidade. Ninguém quer enterrar a vida acadêmica em Macaé; você só vai querer vir para Macaé se você tiver condições de projetar sua vida acadêmica, mas para isso é preciso gerar essas condições, e isso é caro. Muitas vezes dá pouca visibilidade, mas é o fundamento da Universidade. Sem isso ficamos sem raiz profunda e isso nos preocupa porque o que não tem raiz profunda morre fácil. E é muito mais fácil morrer do que construir. Inclusive acho que a gente tem algumas áreas mais consolidadas, como no NUPEM; mas em outras temos muitas dificuldades, e é preciso pensar que estamos no interior e tudo é mais difícil no interior. A Universidade tem dificuldade de financiamento, precisamos encontrar outras fontes de financiamento, aprofundar as parcerias com o Município. Ainda existe um processo muito complexo pela frente para que a gente possa dizer que, realmente, a Universidade fez um impacto profundo em Macaé. (Entrevista concedida pelo Ex-Presidente da FUNEMAC e atual Coordenador do Curso de Medicina da UFRJ/Macaé, Prof. Dr. Joelson Tavares Rodrigues – no dia 16 de abril de 2019, em dependências da UFRJ/Macaé – Cidade Universitária – Transcrição: Fábio Falcão Spacca)

7. SOBRE ALGUMA CONCLUSÃO

Depois de mais de quarenta anos de produção de óleo e gás no Município de Macaé, nos quais as projeções de sonhos de vida e progresso passaram por inúmeras realizações e perspectivas assoladas por essa última grande crise econômica, parece que a Universidade sonhada por alguns e realizada diariamente por inúmeras pessoas, em volume exponencialmente crescente a partir de 2007, traduz-se como uma das grandes heranças de um período áureo da extração do ouro negro. Metaforizando-se como horizonte e âncora de um Município que não se encontra em um lugar seguro, como um porto ou cais de sua história, mas segue em um processo de travessia entre uma suposta condição de concretude (agora abalada) e um horizonte de grandes possibilidades que surge ao longe, porém à frente²⁹. É preciso atravessar!

Eu só queria dizer que isso aqui tudo é um sonho e você acompanhou isso tudo, e as pessoas entendem de forma diferente. A gente teve um sonho muito grande até pelo amor que temos por Macaé, da relação com a Cidade, e imaginar a alguns anos atrás que Macaé já teria isso que tem hoje em termos de Ensino Superior Público... Parecia impossível! Mas como todo sonho a gente quer um pouco mais, e eu acho que a gente quer que isso tudo cresça, que a despeito de todas as limitações que o País está passando, a despeito desse projeto já não ser mais da ordem nacional como prioridade, é preciso que a gente continue insistindo. E acho que nessa iniciativa cabe um papel enorme da Prefeitura, acho que a Prefeitura de Macaé tem um papel muito importante. Ela precisa ser indutora da Universidade, não no sentido acadêmico, mas no sentido político. Eu acho que esse é o grande desafio! (Entrevista concedida pelo Ex-Presidente da FUNEMAC e atual Coordenador do Curso de Medicina da UFRJ/Macaé, Prof. Dr. Joelson Tavares Rodrigues – no dia 16 de abril de 2019, em dependências da UFRJ/Macaé – Cidade Universitária – Transcrição: Fábio Falcão Spacca)

Frente à conhecida finitude das reservas petrolíferas, mas, especialmente, frente à complexidade mundial de sua cadeia produtiva, marcada pela volatilidade de fixação e oscilação de preços; assim como frente à produção de sociedades demarcadas pela desigualdade própria de processos exploratórios historicamente registrados, a Universidade desponta às percepções pós-crise em uma perspectiva contrária, na qual a fixidez é uma marca de completude no seu processo de estabelecimento local. Ainda que sob ameaças de um Governo Federal insensível ao lugar reservado (ou garantido) pela produção de Ciência e Tecnologia na consolidação da soberania nacional, que reforçam por inúmeras ações cotidianas a Emenda Constitucional nº 95/2016³⁰, presenciamos a diminuição do espaço ocupado pela Universidade Pública na sociedade brasileira, desconstituindo a sua importantíssima missão e fortalecendo, aceleradamente, o seu processo de sucateamento e extinção (LEHER, 2007).

Por outro lado, passando pela própria ideia de soberania em um sentido mais amplo, ou em uma perspectiva mais cidadã, qual seja exercendo o papel da formação profissional em consonância com o tripé *ensino, pesquisa e extensão*, a Universidade horizontaliza saberes e acessos. Não apenas melhorando localmente processos políticos, socioculturais e econômicos cotidianos, mas também fomentando outra forma de expectativa do futuro baseada na grandeza libertária da Educação de qualidade. Endossa, portanto, com sua presença, o sentido amplo de desenvolvimento social, ao melhorar a vida das pessoas, da população como um todo. Assim como impacta, por reflexão acadêmica e planejamento científico, as relações humanas com o seu ambiente, gerando sustentabilidade para o futuro. Ou, como por outrem pode ser percebida em âmbito individual, e por concordância na forma afetiva, de geração de esperança³¹. Somente quem tem esperança investe em Educação, garantindo, com isso, um porvindouro tempo que chamamos de futuro.



NOTAS

¹Graduado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Especialista em Literatura Memória Cultural e Sociedade (IFF-Campos dos Goytacazes). Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutorando em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Coordenador de Curso - PMM. Endereço Institucional: Cidade Universitária - Av. Aluizio da Silva Gomes, 50. Granja dos Cavaleiros. Macaé - RJ. E-mail: meynardo@gmail.com

²Governo do atual Presidente Jair Messias Bolsonaro (Partido Social Liberal - PSL)

³Utilizarei a expressão "Universidade Pública" para me referir às instituições de ensino superior público, num englobamento entre as federais, estaduais e a municipal.

⁴Aqui faço referência a desenvolvimento e progresso tanto no sentido mais enraizado, como o farei no sentido popular e capitalista no próximo item do texto.

⁵Disponível em: http://www.olharvirtual.ufrj.br/2006/imprimir.php?id_edicao=192&codigo=1. Acesso em 17 de março de 2019.

⁶Disponível em: http://www.dee.ufrj.br/inicio_arquivos/Engenharia-Eletrica-UFRJ_arquivos/Historico.htm. Acesso em 17 de março de 2019.

⁷Sobre o aprofundamento no entendimento dos royalties, debates, repartições, recomendo a leitura de: SERRA, Rodrigo, TERRA, Denise, PONTES, Carla. Os municípios petro-rentistas fluminenses: gênese e ameaças. In: Revista Rio de Janeiro, nº 18-19, jan. – dez. 2006. P. 59 a 85.

⁸Me refiro aqui ao termo político em referência ao sentido grego de gestão da pólis, totalmente apartidário, mas prevendo o bem estar do todo social.

⁹BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em 22 de março de 2019.

¹⁰FRIEDHILDE, M. K. M.; LIBERATO, E. M. O impacto da universidade do Vale do Parnaíba na comunidade local. 2008. Disponível em: www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2008/anais/arquivosCEGLU/00001485_01_O.pdf. Acesso em 22 de março de 2019.

¹¹PASSERINI, Luisa. A memória entre política e emoção. São Paulo: Letra e Voz, 2011. P. 40.

¹²Por falta de recebimento dos formulários de pesquisa enviados a todas as universidades públicas presentes no Município, precisei tratar algumas delas com mais superficialidade, devido à falta de dados concretos. Meu principal foco são as três instituições presentes na Cidade Universitária de Macaé. Quais sejam: UFF, UFRJ e FeMASS.

¹³A Professora Maria Eny Carvalhal Rodrigues foi uma grande idealista do projeto de Ensino Superior no Município de Macaé, tendo sido ainda Presidente da Fundação Fundação Educacional de Macaé (FUNEMAC), quando imprimiu na instituição não apenas diretrizes, mas o modelo de construção do Ensino Superior a partir da intervenção da Gestão Municipal. Apesar das tentativas para entrevistá-la, vários desencontros ocorreram, mediante o tempo esgotado para entrega do material, a entrevista acabou lamentavelmente não acontecendo.

¹⁴Disponível em: <http://www.macaee.rj.gov.br/noticias/leitura/noticia/curso-de-direito-da-uff-garantido-em-macaee>. Acesso em 18 de março de 2019.

¹⁵Disponível em: <http://www.uff.br/?q=historico-macaee-no-grupo-macaee>. Acesso em 18 de março de 2019.

¹⁶Aqui estamos nos referindo ao novo modelo de cursos em atendimento a um município produtor de petróleo, já que em termos de ensino superior, independente do poder público municipal, já existia desde a década de 1970 com os cursos de licenciatura da FAFIMA.

¹⁷Essa entrevista foi concedida à equipe do Centro de Memória do IFF/Macaé, na casa da entrevistada, no dia 10 de maio de 2017. Participei, na ocasião, como intermediário entre o IFF e a Sra. Marilena, por ser uma amiga de longa data. Agora reutilizo suas memórias como parte desse trabalho. A entrevista completa está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZyCLhp0jAaE>. Acesso em 11 de abril de 2019.

¹⁸Disponível em: <http://www.uenf.br/portal/index.php/br/historia-da-uenf.html>. Acesso em 01 de abril de 2019.

¹⁹Disponível em: <https://jornalorebate.com.br/macaee-regiao/10742-lenep-macaee-inaugura-laboratorios>. Acesso em 01 de abril de 2019.

²⁰Disponível em: <https://clickmacaee.com.br/petroleo-e-gas/especial/360/empresa-cidada/pagina/246/o-lenep>. Acesso em 01 de abril de 2019.

²¹Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>. Acesso em 05 de abril de 2019.

²²Prof. Dr. Aloísio Teixeira foi Reitor da UFRJ entre o ano de 2003 e 2011, quando foi sucedido pelo Prof. Dr. Carlos Antônio Levi da Conceição. Prof. Aloísio faleceu em 23 de julho de 2012, sem ver concluída o projeto de Universidade Utopica que havia sonhado para Macaé.

²⁶Disponível em: <http://www.macaee.rj.gov.br/midia/conteudo/arquivos/1392325941.pdf>. Acesso em 10 de abril de 2019.

²⁷Disponível em: <http://www.macaee.rj.gov.br/midia/conteudo/arquivos/1547206672.pdf> e em <http://www.macaee.rj.gov.br/midia/conteudo/arquivos/1547197794.pdf>. Ambos acessados em 10 de abril de 2019.

²⁸Disponível em: <http://www.macaee.rj.gov.br/midia/conteudo/arquivos/1534607998.pdf>. Acesso em 10 de abril de 2019.

²⁹Me refiro ao Prof. Dr. Ignácio Godinho Delgado, meu professor no Curso de Graduação em História, quando se referia a processos de fixação e projeção ao futuro, ao mesmo tempo.

³⁰Disponível em: <https://www.adufrgs.org.br/noticias/se-a-ec-95-nao-for-barrada-as-universidades-e-institutos-federais-brasileiros-se-tornarao-inviaveis/>. Acesso em 02 de abril de 2019.

REFERÊNCIAS

CHACON, Vamireh. As primeiras universidades brasileiras. *Revista do Servidor Público*. Brasília, 109. Jan/março 1974.

FAUSTO, Bóris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2006.

FRANCO, Augusto de. *Desenvolvimento local, integrado e sustentável*. Proposta nº 78. 1998.

HOFF, D. N.; MESQUITA, D. G.; SOPEÑA, M. B; SAN MARTIN, A. S. Universidades Públicas como Instrumento de Desenvolvimento Regional: um estudo de caso sobre a experiência brasileira. In: SILVESTRE, Hugo Consciência; ARAÚJO, Joaquim Filipe (Org.). *Coletânea em Administração Pública*. Lisboa: Escolar Editora, 2012, v. 01, p. 339-370.

LEAL, Erotildes Maria, ESCUDERO, Ruth (orgs.). *Problemas globais, enfrentamentos locais e a universidade pública*. O Centro Regional de Referência em Álcool e outras drogas da UFRJ Macaé e outros projetos extensionistas. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Campus Macaé, Macaé, RJ. 2007.

LEHER, Roberto. PAC, Educação e Heteronomia Cultural. *Revista de Políticas Públicas*, v. 11, n. 1, p. 9-33, jan./jun. 2007.

PAULA, Juarez de. *Desenvolvimento e gestão compartilhada*. AED. SEBRAE, 2005.

SERRA, Rodrigo, TERRA, Denise, PONTES, Carla. Os municípios petro-rentistas fluminenses: gênese e ameaças. In: *Revista Rio de Janeiro*, nº 18-19, jan. – dez. 2006.

THOMPSON, Paul. *História oral e contemporaneidade*. In: *História oral*, 5, 2002, p. 9-28.